

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA

RELATÓRIO PARCIAL DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

REFERENTE AO ANO 2022



Manaus – Amazonas / 2023

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Ministério da Educação

Camilo Sobreira de Santana
Ministro da Educação

Getúlio Marques Ferreira
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

Reitor	Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Planejamento e Administração	Adailton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	Leandro Amorim Damasceno
Pró-Reitora de Ensino	Rosângela Santos da Silva
Pró-Reitora de Extensão	Maria Francisca Morais de Lima
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Jucimar Brito de Souza
Diretor Geral do Campus Coari	Elcivan dos Santos de Souza
Diretor Geral do Campus Eirunepé	Dirceu da Silva Dácio
Diretora Geral do Campus Humaitá	Alline Penha Pinto
Diretora Geral do Campus Itacoatiara	Francinete Soares Martins
Diretor Geral do Campus Lábrea	Francisco Marcelo Rodrigues Ribeiro
Diretor Geral do Campus Manaus Centro	Edson Valente Chaves
Diretor Geral do Campus Manaus Distrito Industrial	Nivaldo Rodrigues e Silva
Diretor Geral do Campus Manaus Zona Leste	David Washigton Freitas Lima
Diretor Geral do Campus Maués	Elias da Silva Souza
Diretor Geral do Campus Parintins	Kleber de Britto Souza
Diretor Geral do Campus Presidente Figueiredo	Jackson Pantoja Lima
Diretor Geral do Campus São Gabriel da Cachoeira	Leonam Matos Correia Lima
Diretor Geral do Campus Tabatinga	Nícolas Andretti de Souza Neves
Diretor Geral do Campus Tefé	Elson Alves de Moura
Diretor Geral do Campus Avançado Boca do Acre	Guilherme Alves de Sousa
Diretor Geral do Campus Avançado Iranduba	Jorge Nunes Pereira
Diretor Geral do Campus Avançado Manacapuru	Fábio Teixeira Lima

Comissão Própria de Avaliação

Portaria Nº 344-GR/IFAM, de 24 de fevereiro de 2023

Presidente	Simara Moraes Vasconcelos
Vice-presidente	Adriana Neves de Almeida
Secretário	Roberto Alcides de Lima Prazeres
Docente Titular	Sandra Viana Cad
Docente Suplente	Gustavo Galdino Pereira Bernhard
Docente Suplente	Denis da Silva Pereira
Docente Suplente	Inez Sales de Aguiar
Técnico Administrativo Titular	Anacleto Barbosa Garrido
Técnico Administrativo Titular	Fernando Luiz das Neves Pereira
Técnico Administrativo Suplente	Hudson Sousa Silva
Técnico Administrativo Suplente	Liliane Santana da Silva
Técnico Administrativo Suplente	Marcelo Lucero Barboza
Discente Titular	Wander Araújo da Silva Buraslan
Discente Titular	Gustavo Alves de Souza
Discente Titular	Lucas Sena Maciel
Discente Suplente	Brenda Cristina Dourado Moura
Discente Suplente	Rafael Gomes Silveira Brandão
Discente Suplente	Emyli Beatriz Braga Prestes
Sociedade Civil Organizada	José Eurico Ramos de Souza
Sociedade Civil Organizada	Elane de Souza Mafra

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
Introdução	11
Objetivo	13
Objetivo Geral.....	13
Objetivos Específicos	13
Atos legais	14
CPA	15
Metodologia	16
Escala de Likert.....	16
Escala de Intervalo: Parâmetro Escala Likert	16
Dados e Características da População	16
Desenvolvimento	19
Tratamento dos Dados	20
Análise dos Resultados.....	20
Segmento: Discente	20
Análise da Autoavaliação dos Discentes	21
Análise da Autoavaliação dos Discentes	36
Segmento: Docentes e Técnicos Administrativos	37
Análise da Autoavaliação dos Docentes e Técnicos Administrativos	46
Considerações Finais	47
Análise das Informações.....	47
Ações Futuras	48

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de autoavaliação está baseado na lei nº 10.861 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e foi realizado por meio dos Sistemas Integrados de Gestão – SIGAA, SIGRH e SIPAC conforme a necessidade de alcance dos públicos: docentes, técnicos administrativos e discentes.

Este relatório tem por referência o ano de 2022, onde a aplicação dos questionários à comunidade foi realizada no período de 06 de março a 23 de março de 2023, onde 319 docentes, 112 técnicos administrativos e 434 discentes responderam os questionários elaborados pela Comissão Própria de Avaliação instaurada pela Portaria nº 344-GR/IFAM.

Os resultados aqui apresentados devem ser analisados conforme as peculiaridades decorrentes do atual cenário pandêmico da Covid-19, que resultou em várias mudanças em processos e suspensão de atividades presenciais, tanto administrativas quanto acadêmicas para resguardar a saúde da comunidade.



Introdução

Com a missão de promover uma educação de excelência através do ensino, pesquisa e extensão, visando à formação do cidadão crítico, autônomo e empreendedor, comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, no dia 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a lei nº. 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, concretizando assim, um salto qualitativo na educação voltada a milhares de jovens e adultos em todas as unidades da federação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi criado com a união de três autarquias federais já existentes, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas – CEFET-AM foi criado através do Decreto Presidencial de 26 de março de 2001, publicado no Diário Oficial da União de 27 de março de 2001, implantado em razão da transformação da então Escola Técnica Federal do Amazonas, denominação dada em 1965. Sua origem histórica oriunda é a Escola de Aprendizes Artífices, instalada em 1º de outubro de 1910, seguindo Decreto Nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. Durante o Estado Novo, a Escola ganhou seu espaço definitivo, onde até então, era a Praça Rio Branco. Através do Decreto Nº 4.127/42, passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Manaus. Em consequência da Lei Federal Nº 3.552, de 16 de janeiro de 1959, obteve a sua autonomia e pelo Decreto Nº 47.038/59, transformou-se em Autarquia.

Em 1987 a Escola Técnica Federal do Amazonas expandiu-se e, além de sua sede, na Av. Sete de Setembro no centro da capital, conta com uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), localizada na Av. Danilo Areosa, no bairro Distrito Industrial. E, em fevereiro de 2007, foi implantado um Campus em Coari, constituindo-se na primeira Unidade Descentralizada no interior do Estado.

A Escola Agrotécnica Federal de Manaus foi criada pelo Decreto Lei nº. 2.225 de 05/1940, como Aprendizado Agrícola Rio Branco com sede no Estado do Acre. Iniciou suas atividades em 19 de abril de 1941. Transferiu-se para o Amazonas através do Decreto Lei nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, foi elevada à categoria de escola, passando a denominar-se Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas, posteriormente passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas. Em 12 de maio de 1972, foi elevada a categoria de Colégio Agrícola do Amazonas, pelo Decreto nº70.513, ano em que se transferiu para o atual endereço. Em 1979, através do Decreto nº. 83.935 de 04/09/79, recebeu o nome que até hoje vigora: Escola Agrotécnica Federal de Manaus. Transformou-se em autarquia educacional de regime pela Lei nº. 8.731 de 16/11/93 vinculada ao Ministério da Educação

e do Desporto, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, nos termos do art. 2º do anexo I do Decreto Nº. 2.147 de 14 de fevereiro de 1997. A Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira foi criada pela Lei 8.670 de 30 de junho de 1993, sendo transformada em autarquia federal pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993. A partir do ano de 2003, após o I seminário de Educação Profissionalizante do Alto Rio Negro, a Escola Agrotécnica diversificou sua oferta de cursos, criando os cursos Técnicos em Secretariado, Administração, Contabilidade Informática, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros. Objetivando articular ação da escola a outras políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região do Alto Rio Negro. No ano de 2005, com a realização do I Seminário Interinstitucional "Construindo educação indígena na região do Rio Negro" promovido pela FOIRN, iniciou-se o diálogo intercultural e parceria entre a EAFGSC e o movimento indígena organizado. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM “possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”. Caracterizasse como instituição “de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. ” Atualmente, o Sistema IFAM é constituído por quinze campi, inicialmente, sendo eles: Campus Coari – antiga UNED, Campus Manaus Centro – antiga Escola Técnica Federal do Amazonas e posteriormente CEFET, Campus Manaus Distrito Industrial – antiga UNED, Campus Manaus Zona Leste – antiga Escola Agrotécnica Federal do Amazonas, Campus São Gabriel da Cachoeira – antiga Escola Agrícola Federal do Amazonas. Na expansão II, com os campi de Lábrea, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga. Na expansão III, com os campi de Humaitá, Itacoatiara, Tefé, Eirunepé e os Campus Avançados Manacapuru, Iranduba e Boca do Acre.

O IFAM criou condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino, dando suporte ao desenvolvimento da atividade produtiva, a oportunidades de geração e a disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico em níveis local e regional.

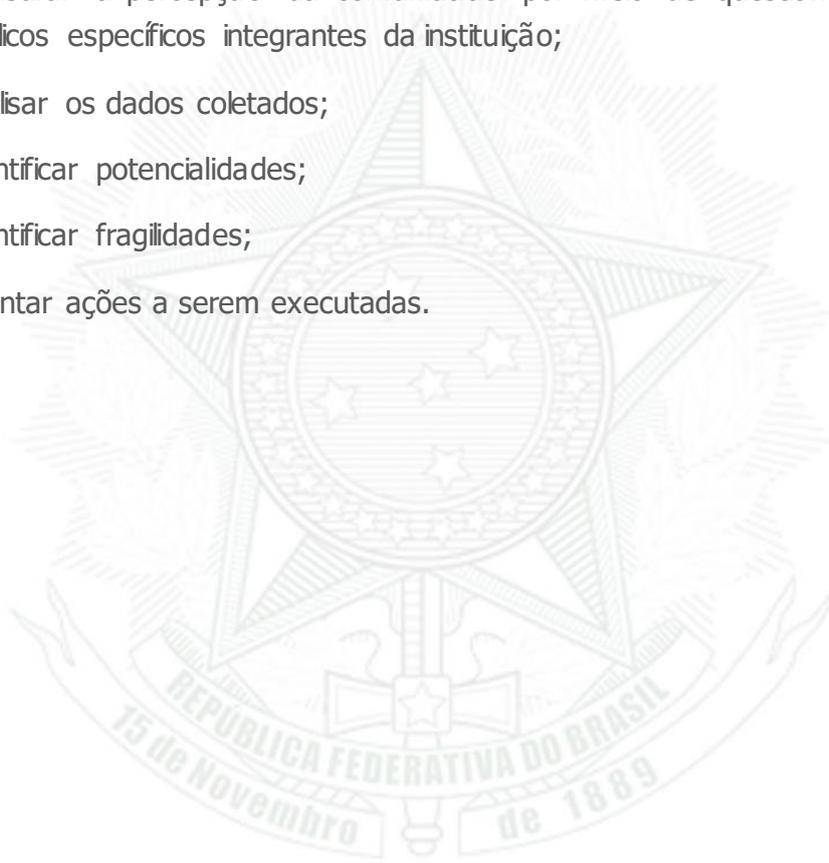
Objetivo

Objetivo Geral

Compreender a percepção das unidades institucionais atuantes no ensino de graduação – de ensino e administrativas – frente à comunidade para elaboração de ações reparadoras.

Objetivos Específicos

- Mensurar a percepção da comunidade por meio de questionários voltados a públicos específicos integrantes da instituição;
- Analisar os dados coletados;
- Identificar potencialidades;
- Identificar fragilidades;
- Apontar ações a serem executadas.



Atos legais

A Comissão Própria de Avaliação é responsável por coordenar a autoavaliação institucional, desde a elaboração do método, passando por sua implementação e sistematização dos resultados, até a elaboração do Relatório Anual de Autoavaliação Institucional, que subsidia os Planejamentos Administrativos e Pedagógicos da Instituição e é usado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e MEC (Ministério da Educação) para o recredenciamento institucional e reconhecimento dos cursos, entre outras atividades.

A Autoavaliação Institucional está em obediência à Legislação de Ensino Superior do MEC que estabelece o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei Nº10.861 de 14/04/2004, Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004 e Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006). Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) também está prevista na Lei Nº 10.861, de 14/04/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e prevê em seu artigo 2º, inciso IV, que a avaliação institucional deverá assegurar "a participação do corpo DISCENTE, DOCENTE e TÉCNICO-ADMINISTRATIVO das instituições de educação superior, e da SOCIEDADE CIVIL, por meio de suas representações".

A CPA é elemento obrigatório para todas as instituições de ensino superior do País e tem por objetivo avaliar a IES (Instituição de Ensino Superior) de forma autônoma, apresentando seu Relatório Anual de Avaliação Institucional para o dirigente institucional e para o INEP, possibilitando à IES o aperfeiçoamento de seus processos internos no que diz respeito as dez (10) dimensões do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), as quais estão organizadas em 5 eixos. A saber:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

EIXO 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Dimensão 3: Responsabilidade Social

EIXO 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante

EIXO 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

EIXO 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

A autoavaliação é um processo contínuo com o qual a Instituição adquire conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social.

As informações obtidas a partir das Avaliações elaboradas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) compõem o Relatório Anual de Avaliação Institucional. Seus objetivos são atender à exigência legal dos incisos I, II, III e IV do artigo 2º da Lei 10.861, de 14/04/2004, mas também identificar sua Potencialidade (elementos da instituição considerados vantajosos, ou seja, suas boas práticas) para socializar e reconhecer internamente, assim como suas Fragilidades (inconformidades, pontos da instituição que devem ser melhorados), para buscar a melhoria contínua para o IFAM.

CPA

Em 2005, após a publicação da Lei Nº10.861 de 14/04/2004 e a Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004, o Diretor Geral do CEFET-AM, por meio da Portaria Nº 149 GDG/CEFET-AM de 05/04/2005, constituiu a primeira composição da Comissão Própria de Avaliação (CPA), tendo como critério para a participação da pesquisa, servidores que já tinham atuado em processos de avaliação institucional da instituição e, principalmente, pessoas com interesse e disponibilidade para contribuir.

Na página oficial do IFAM é possível acessar os Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores bem como o presente Relatório, que se refere ao triênio de 2018/2020, além das legislações referentes a este processo avaliativo (Lei Nº10.861 de 14/04/2004, Portaria MEC Nº 2.051 de 09/07/2004 e Decreto Nº 5.773, de 09/05/2006).

As atividades da comissão atual tiveram início no mês de fevereiro de 2023, dando continuidade as atividades da comissão anterior.

Metodologia

O instrumento utilizado para coleta dos dados foi enviado via ambientes virtuais: os SIG's para os discentes, docentes e técnicos administrativos. Os questionários utilizados para a coleta dos dados estão de acordo com cada eixo/dimensão indicados pela Nota Técnica nº 065 da CONAES. Os questionários possuem cinco alternativas como base a Escala de Likert. Desta forma, foi utilizada esta técnica para análise dos dados, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Escala de Likert

Quadro 1 - Equivalência de Conceitos

Conceitos	Notas
Concordo Totalmente	4
Concordo	3
Não Concordo Nem Discordo	2
Discordo	1
Discordo Totalmente	0

FONTE: Questionário CPA - IFAM, 2022.

Escala de Intervalo: Parâmetro Escala Likert

Quadro 2 - Parâmetros para os conceitos

Conceitos	Parâmetros
Ótimo	3,1 – 4,0
Bom	2,1 – 3,0
Regular	1,1 – 2,0
Ruim	0,1 – 1,0
Muito Ruim	0

FONTE: Questionário CPA - IFAM, 2022.

Dados e Características da População

Para composição deste Relatório de Autoavaliação Institucional foram aplicados modelos de questionários para atendimento à três públicos: discentes, docentes e técnicos administrativos.

Os dados apresentados têm por base a aplicação dos questionários no período de 09 a 23 de março de 2023 via sistemas administrativos e acadêmicos da instituição denominados por SIG – Sistemas Integrados de Gestão.

A pesquisa elaborada por meio de questionário digital foi aplicada à instituição as todas as unidades mesmo as que não possuem o ensino de graduação em seu quadro de ofertas de cursos, mas para composição deste relatório, os dados apresentados atendem somente às unidades de ensino de graduação e à reitoria do instituto. No total o Instituto Federal do Amazonas conta com 17 unidades de ensino e 1 unidade administrativa – a reitoria. As unidades de ensino que possuem cursos superiores de graduação são 9 – 3 da capital: Campus Manaus Centro, Campus Manaus Distrito Industrial e Campus Manaus Zona Leste e 6 do interior do estado: Campus Coari, Campus Itacoatiara, Campus Lábrea, Campus Parintins, Campus Presidente Figueiredo e Campus Tefé.

Quadro 3 - População

U. Gestora	Discente	Docente	TAE	TOTAL
CCO	1	39	38	78
CITA	40	36	26	102
CMC	1.649	242	173	2064
CMDI	706	101	68	875
CMZL	469	117	101	687
CLAB	29	35	30	94
CPIN	105	54	37	196
CPRF	94	46	37	117
CTEF	26	35	22	83
REIT	-	-	157	157
TOTAL	3119	705	689	4453

FONTE: Plataforma Nilo Peçanha 2022 - Ano Base 2021.

Quadro 4 - Amostra

U. Gestora	Discente	Docente	TAE	TOTAL
CCO	1	21	12	34
CITA	1	15	5	21
CMC	221	144	16	381
CMDI	102	32	8	142
CMZL	100	38	6	144
CLAB	0	19	5	24
CPIN	3	16	6	25
CPRF	6	22	7	35
CTEF	0	12	6	18
REIT	-	-	41	41
TOTAL	434	319	112	865

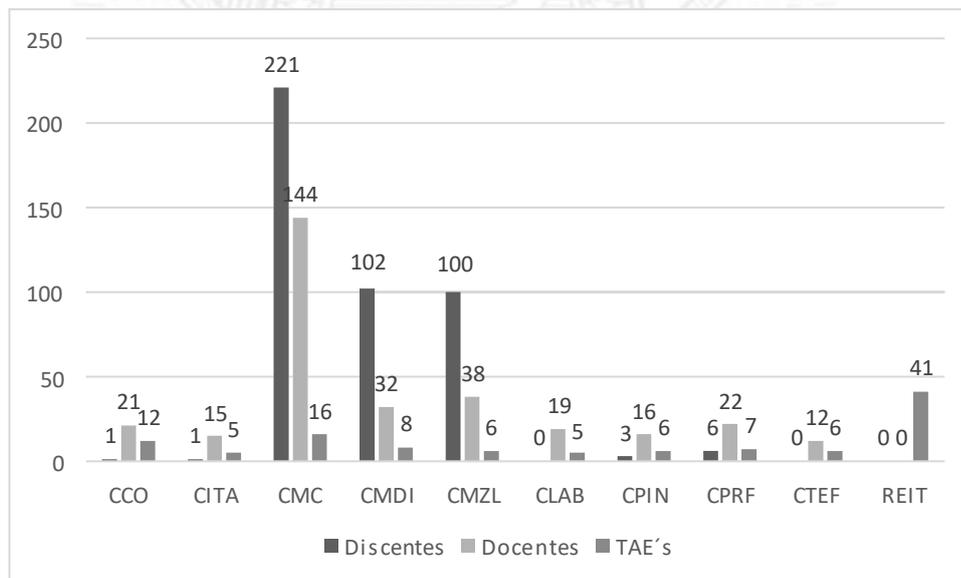
FONTE: Questionários CPA - IFAM, 2022.

Quadro 5 - Percentual da Amostragem

U. Gestora	Discente	Docente	TAE	TOTAL
CCO	100,00	53,85	31,58	43,59
CMC	2,50	41,67	19,23	20,59
CMDI	13,40	59,50	9,25	18,46
CMZL	14,45	31,68	11,76	16,23
CLAB	21,32	32,48	5,94	20,96
CPIN	0,00	54,29	16,67	25,53
CPRF	2,86	29,63	16,22	12,76
CTEF	6,38	47,83	18,92	29,91
REIT	0,00	34,29	27,27	21,69
TOTAL	13,91%	45,25%	16,26%	19,43%

FONTES: Questionários CPA - IFAM, 2022.

Gráfico 1 Participantes Por Unidade e Classe



FONTES: Questionários CPA - IFAM, 2022.

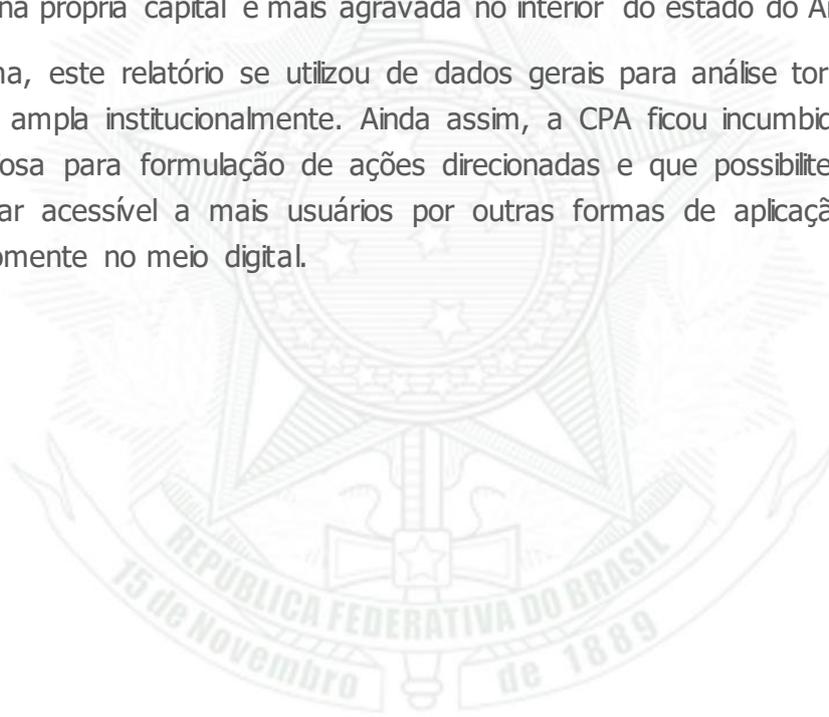
Desenvolvimento

Os dados analisados neste relatório foram coletados por meio de formulários eletrônicos desenvolvidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA do IFAM com o intuito de atender a todos os Eixos e Dimensões necessárias para fundamentar este estudo.

Os formulários eletrônicos foram disponibilizados dentro dos Sistemas Integrados de Gestão (SIG's), de cunho institucional e de acesso a todos os públicos conforme suas especificidades de acesso e controle administrativo.

Observou-se que a participação dos públicos sofreu uma queda em quantidade relacionada a pesquisa anterior, fazendo a comissão acreditar na possibilidade de dificuldades de acesso à internet pelos usuários – principalmente discentes – que por vezes residem em localidades com baixa disponibilidade do serviço, uma situação já conhecida na própria capital e mais agravada no interior do estado do Amazonas.

Desta forma, este relatório se utilizou de dados gerais para análise tornando assim uma visão mais ampla institucionalmente. Ainda assim, a CPA ficou incumbida de uma análise mais criteriosa para formulação de ações direcionadas e que possibilitem em uma nova etapa tornar acessível a mais usuários por outras formas de aplicação do questionário que não somente no meio digital.



Tratamento dos Dados

Análise dos Resultados

Segmento: Discente

Para leitura dos gráficos apresentados abaixo, serão substituídos os conceitos por extenso para siglas no intuito de diminuir a quantidade de informações presentes. O esquema de siglas estará disposto da seguinte maneira:

Quadro 6 - Conceitos e Siglas

Conceitos	Siglas
Concordo Totalmente	CT
Concordo	C
Não Concordo Nem Discordo	NN
Discordo	D
Discordo Totalmente	DT

FONTE: Questionários CPA - IFAM 2022.

A apresentação dos dados será de forma geral – apresentando os dados coletados dos 9 campi com ensino de graduação – contemplando cada eixo.

Quadro 7 - Apresentação dos Dados

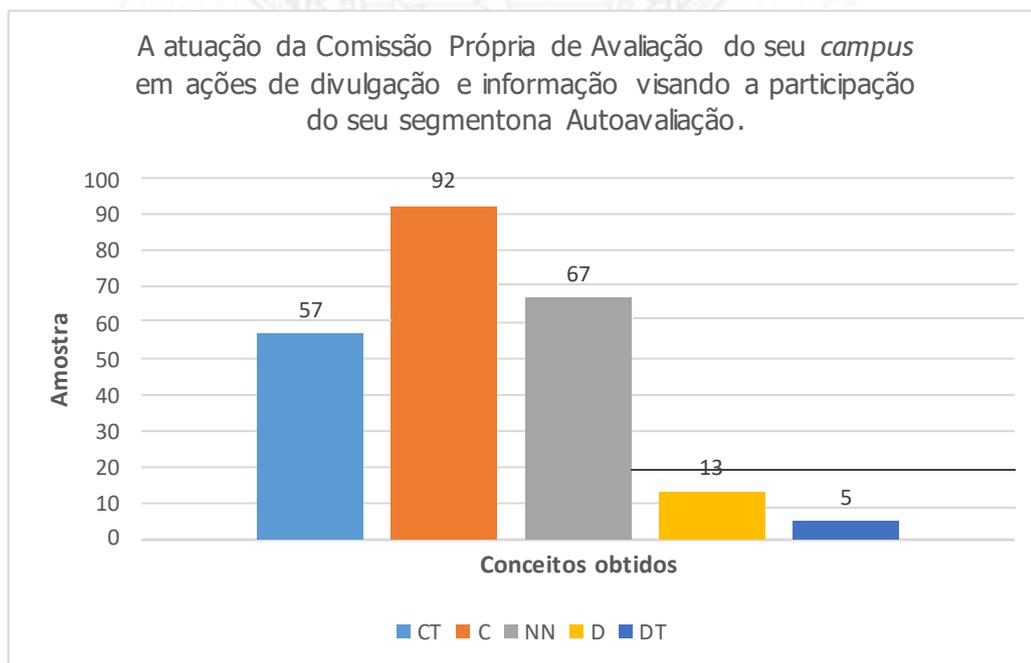
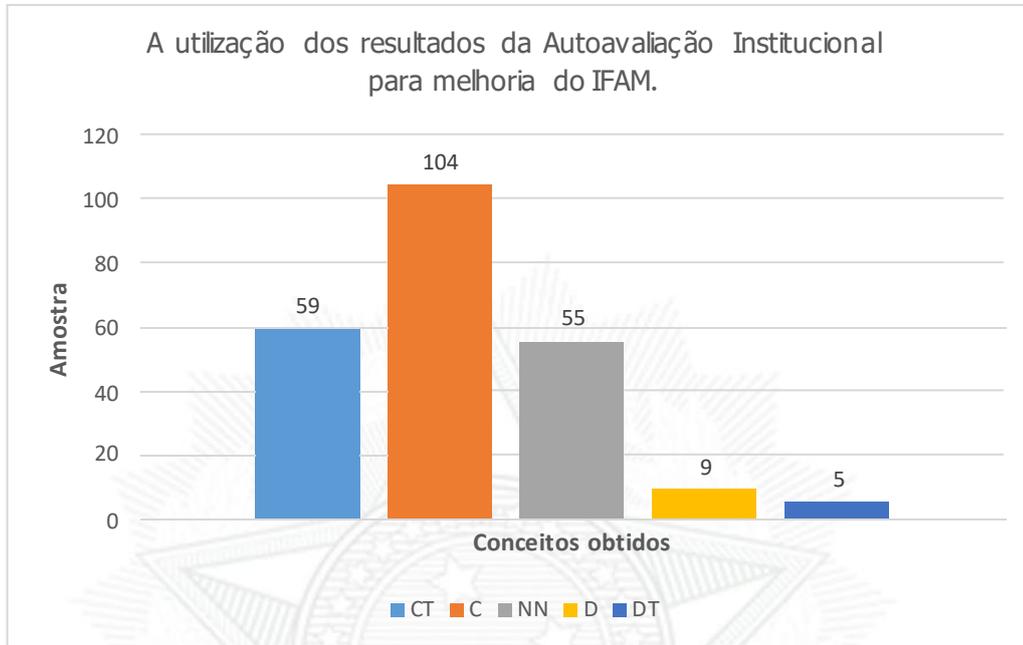
EIXO 1	Conceitos
Concordo Totalmente	CT
Concordo	C
Não Concordo Nem Discordo	NN
Discordo	D
Discordo Totalmente	DT

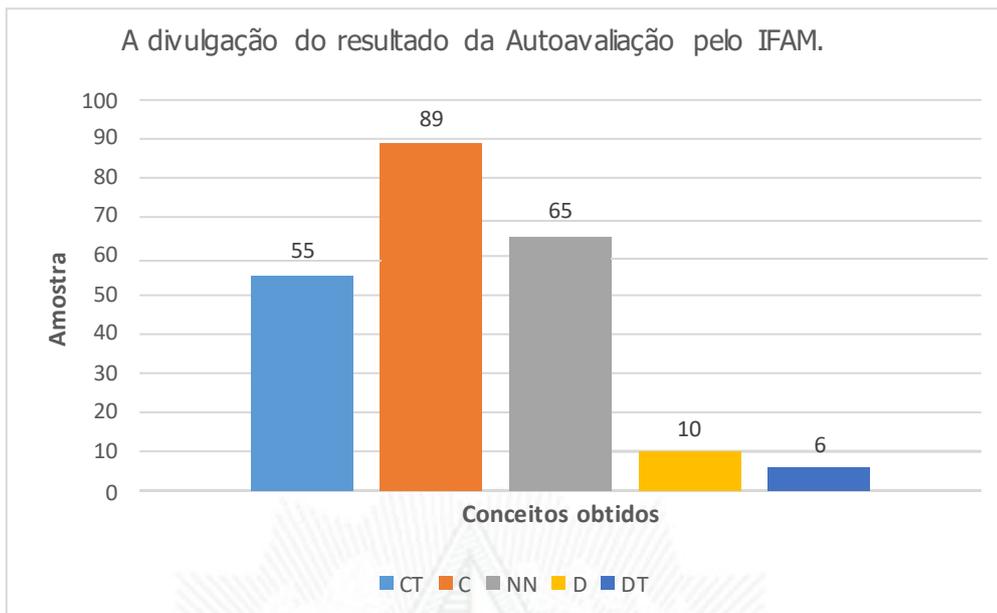
FONTE: Questionários CPA - IFAM, 2022.

Análise da Autoavaliação dos Discentes

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

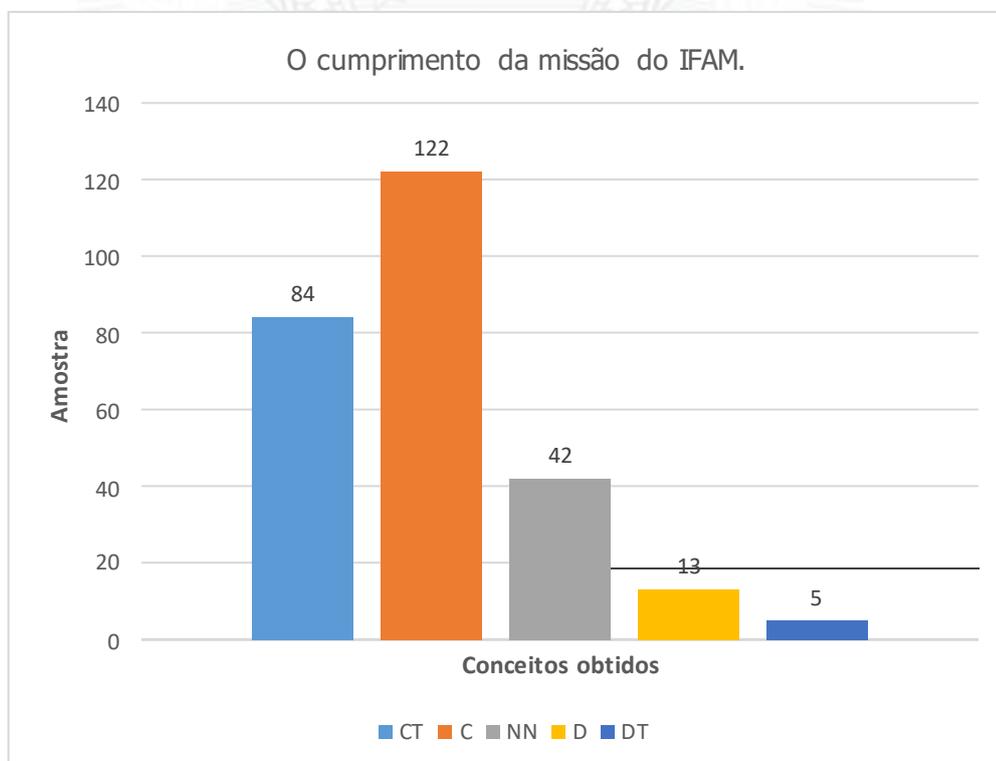


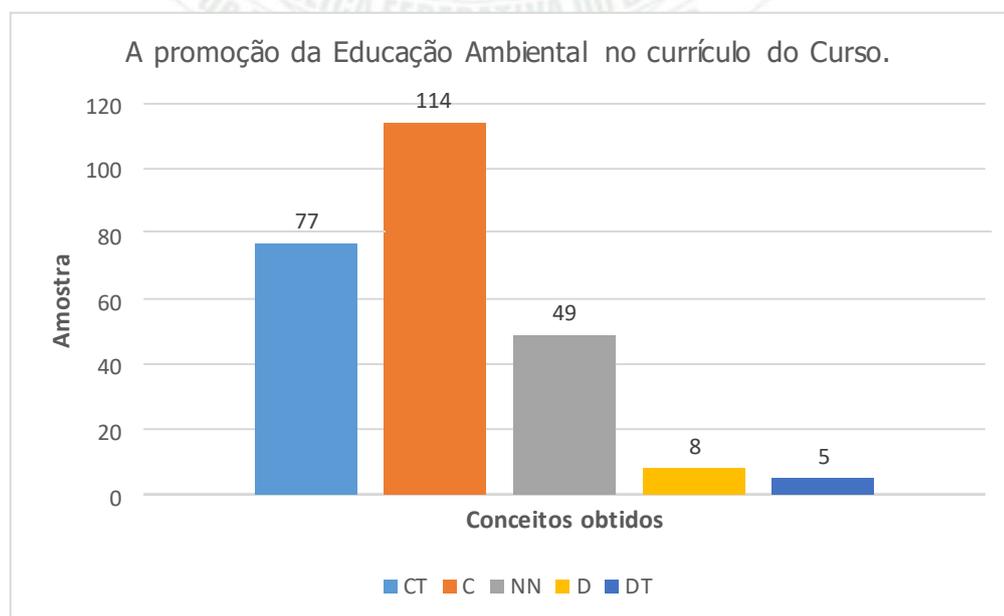
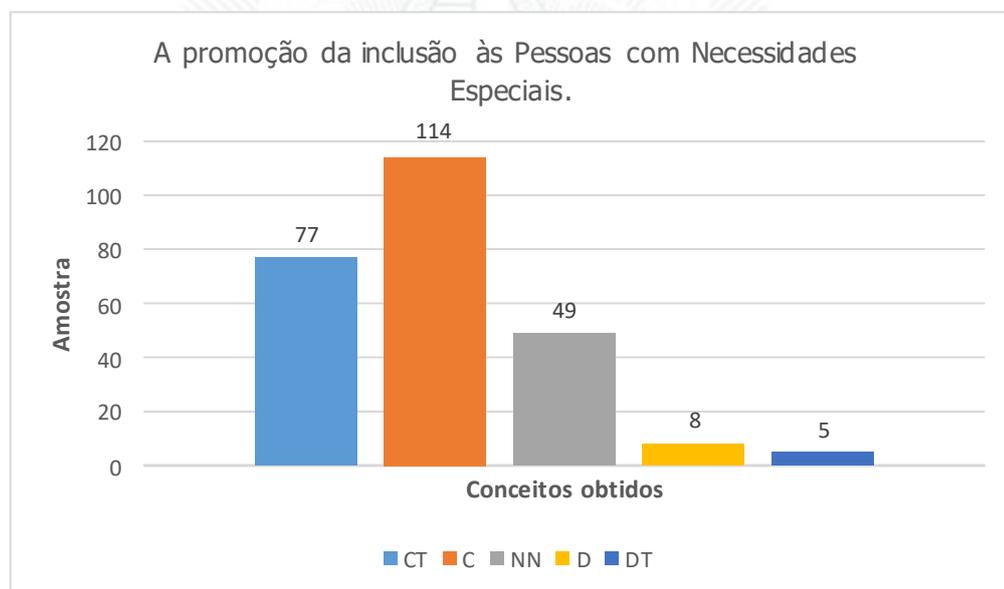
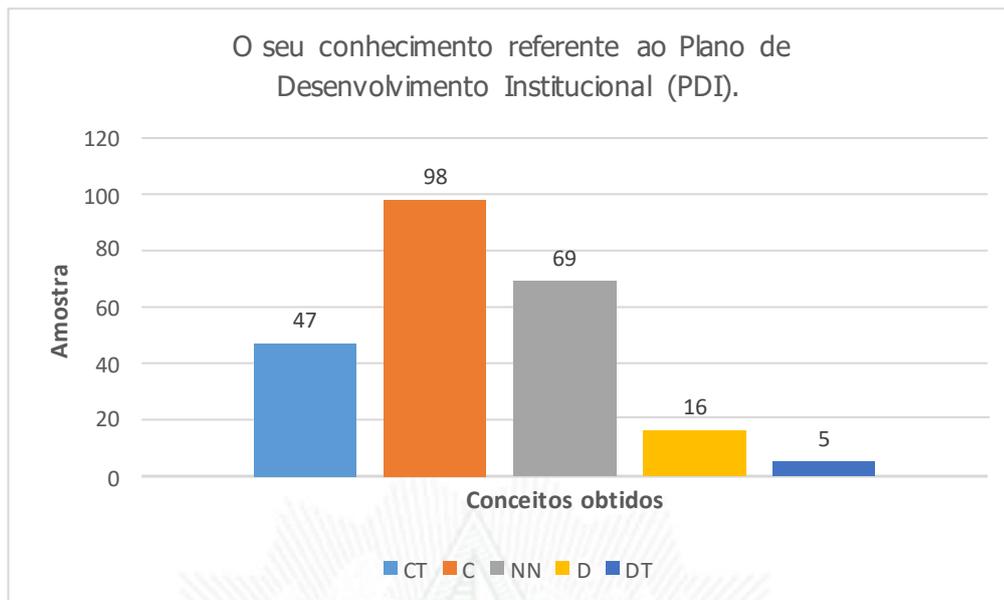


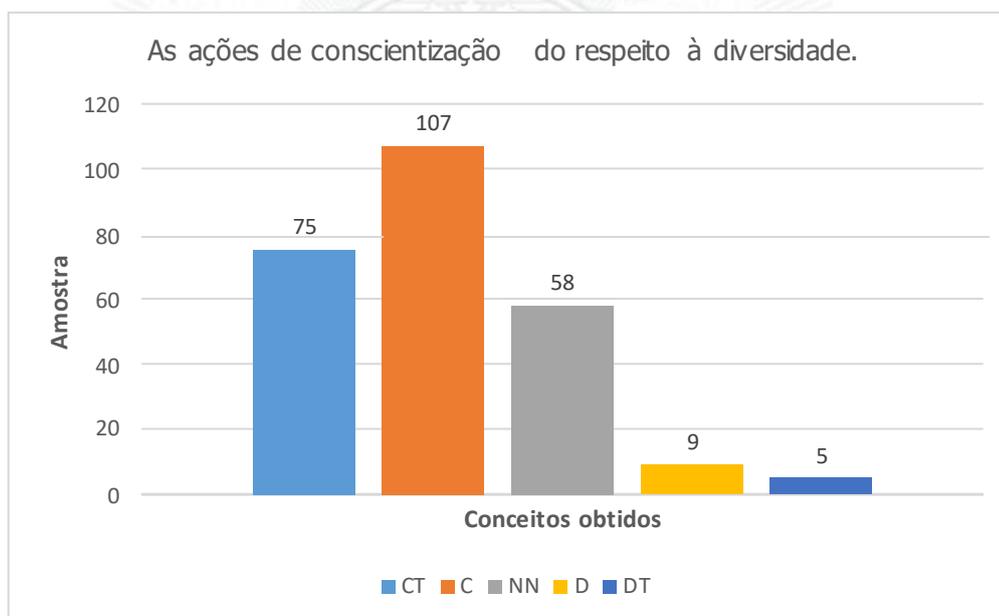
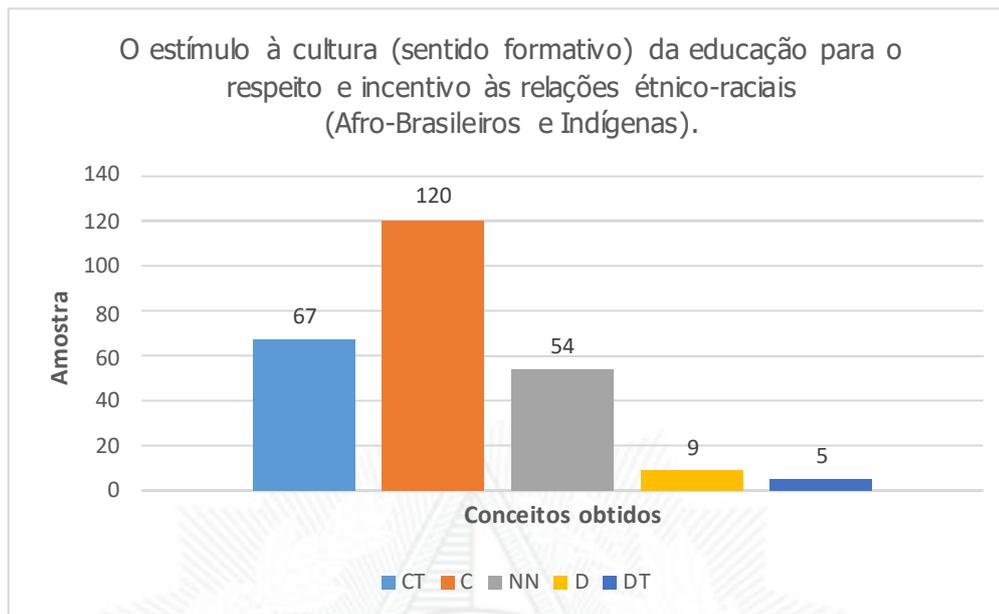
EIXO 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Dimensão 3: Responsabilidade Social





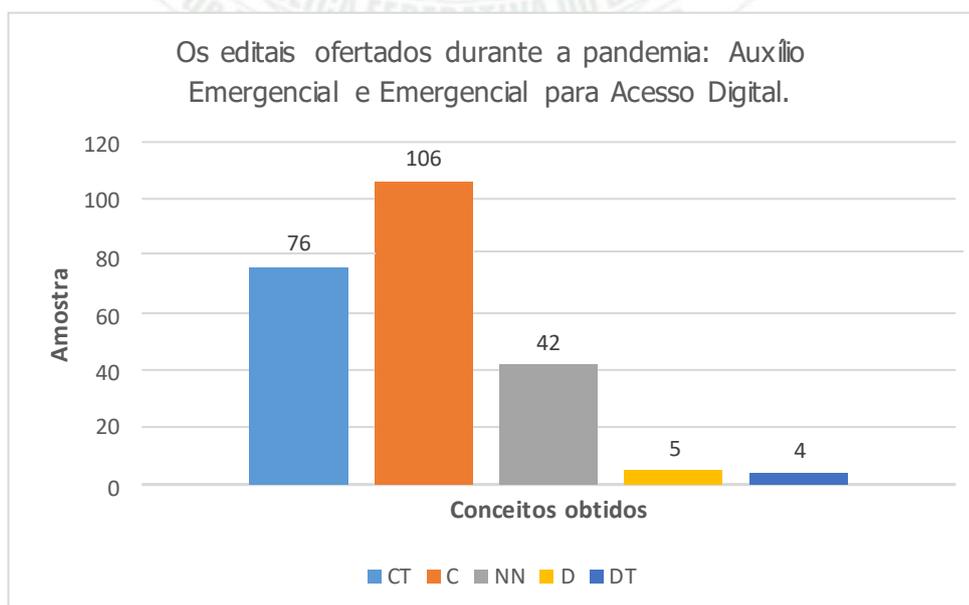
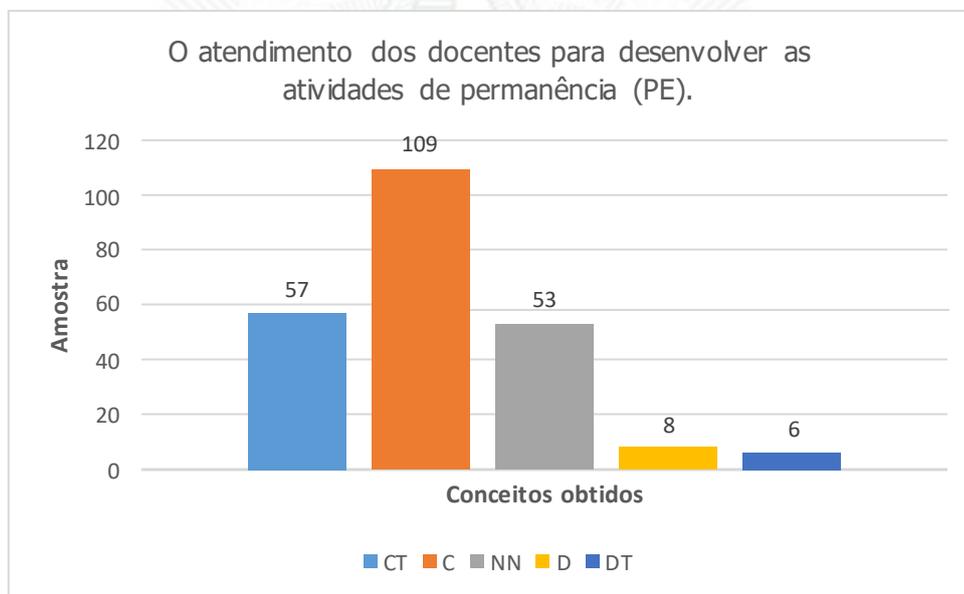
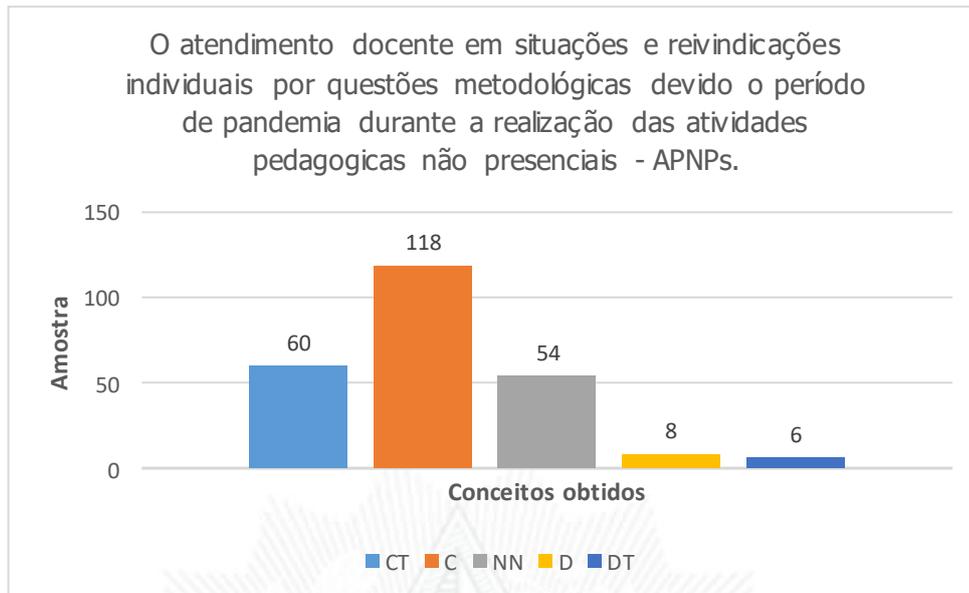


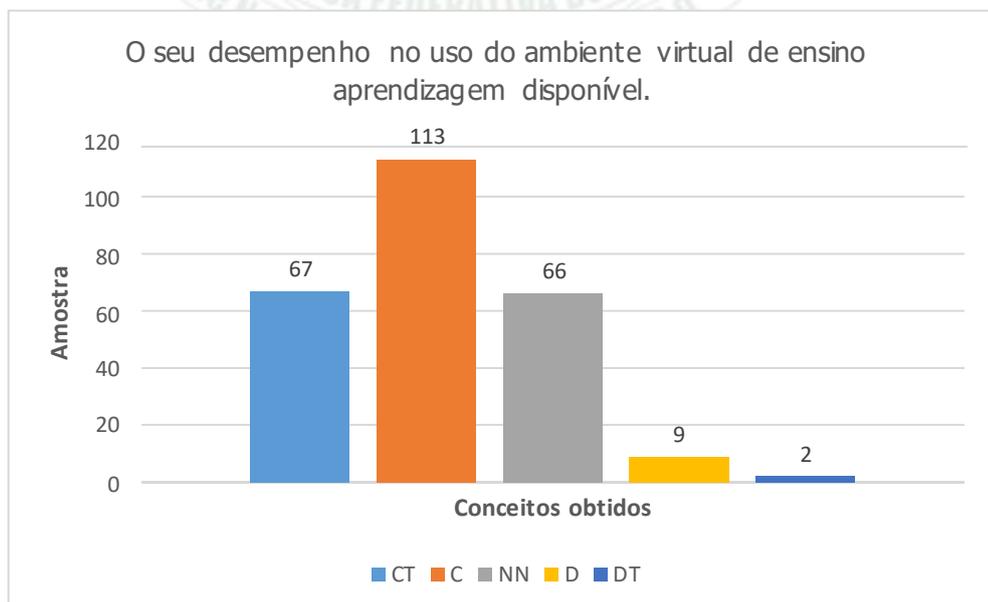
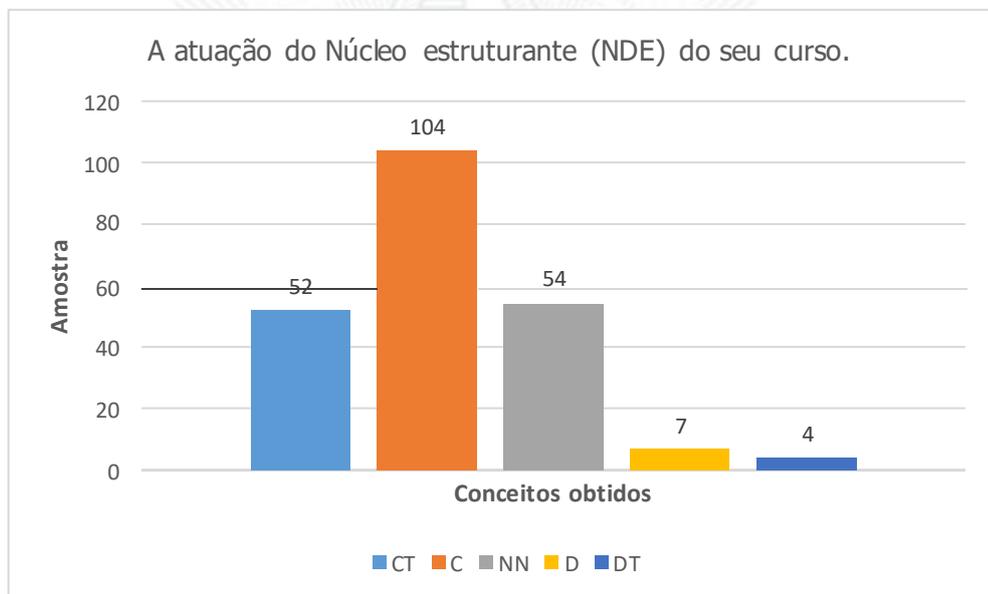
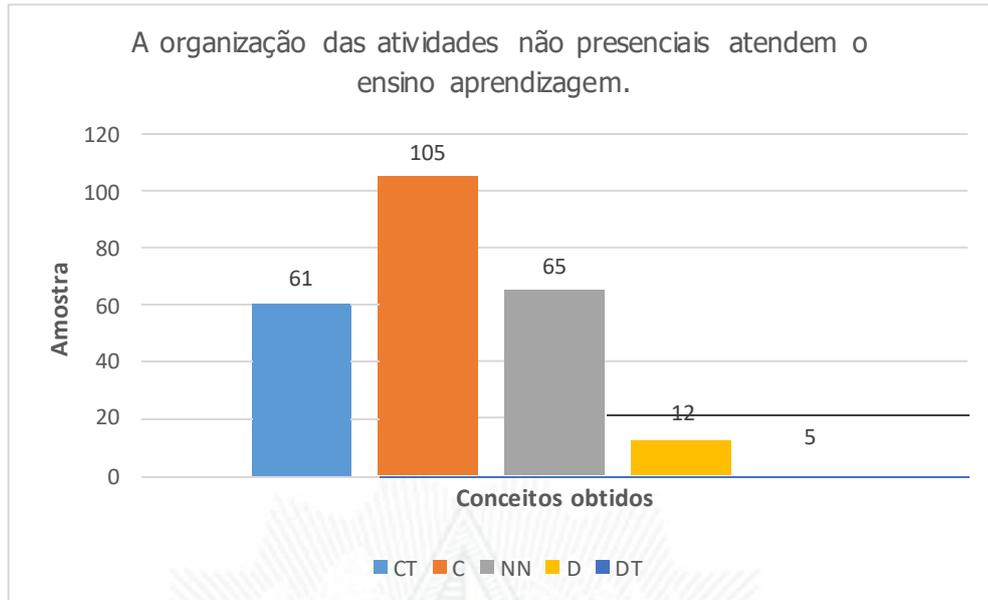
EIXO 3: Políticas Acadêmicas

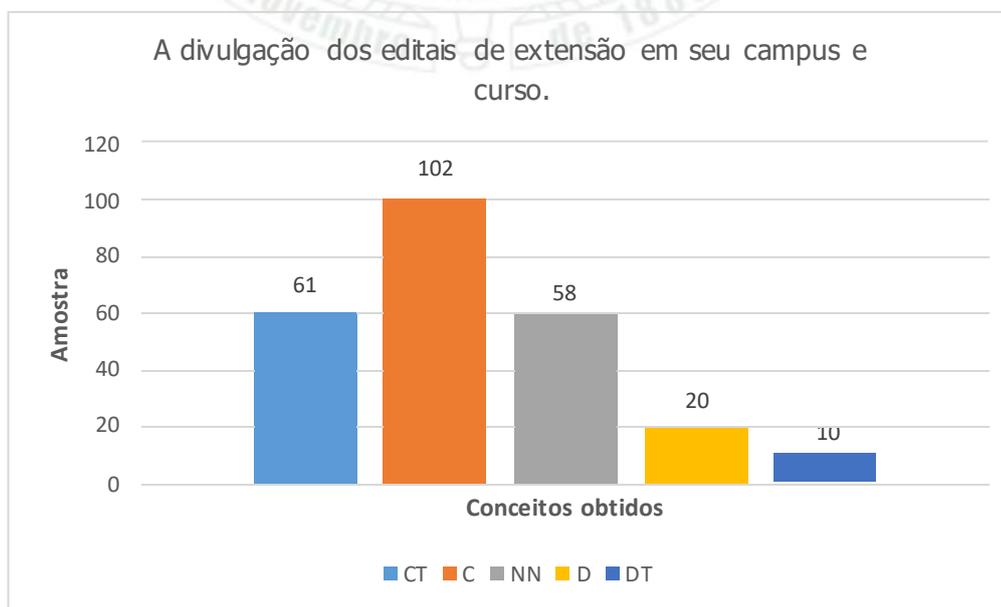
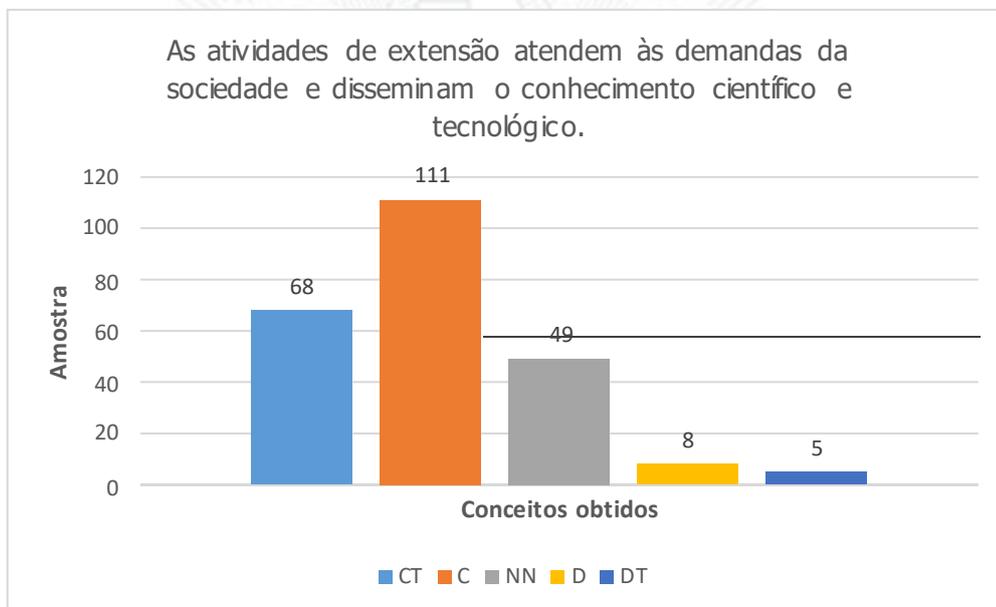
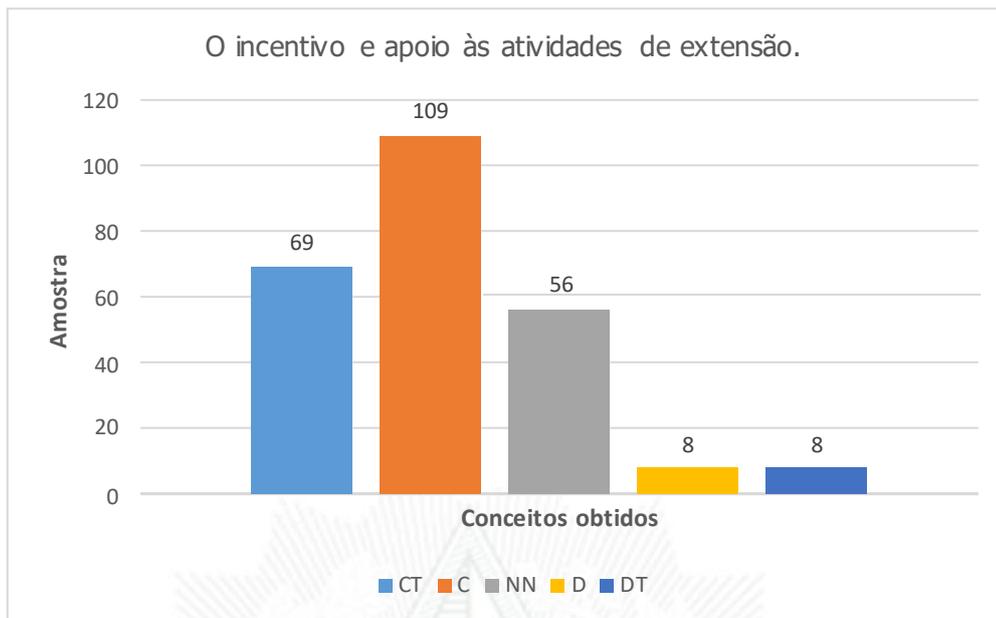
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

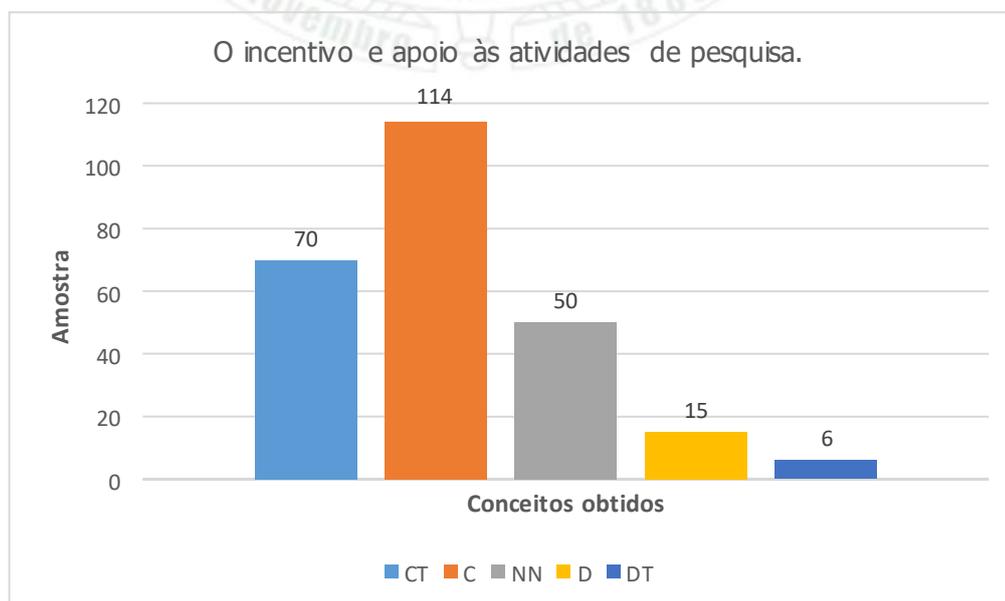
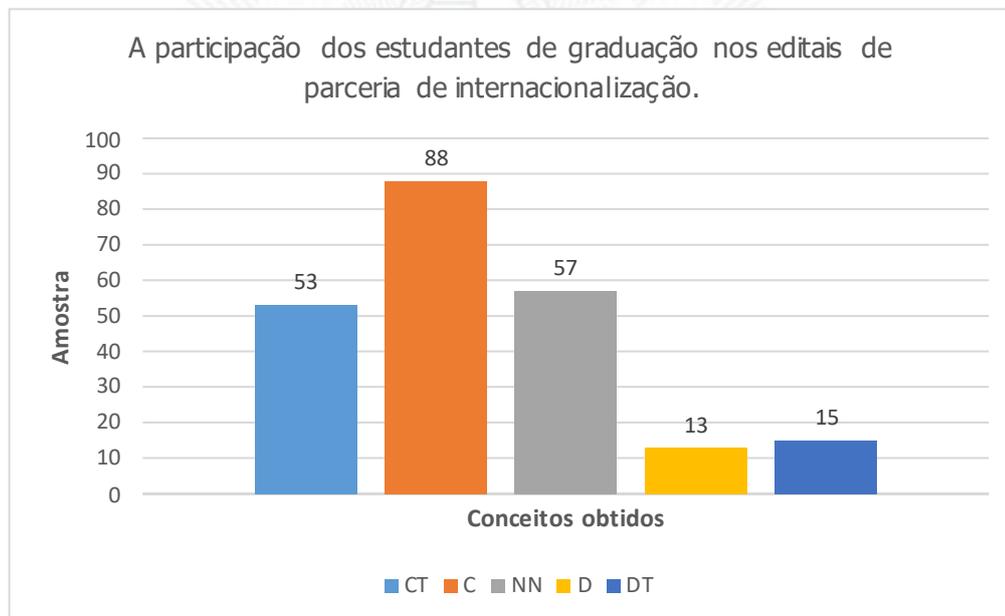
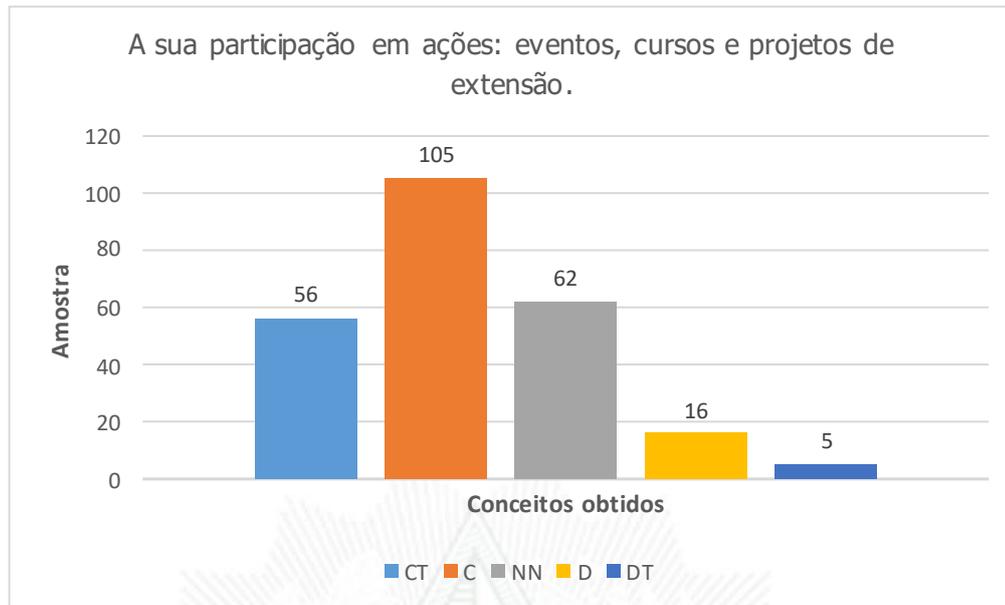
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

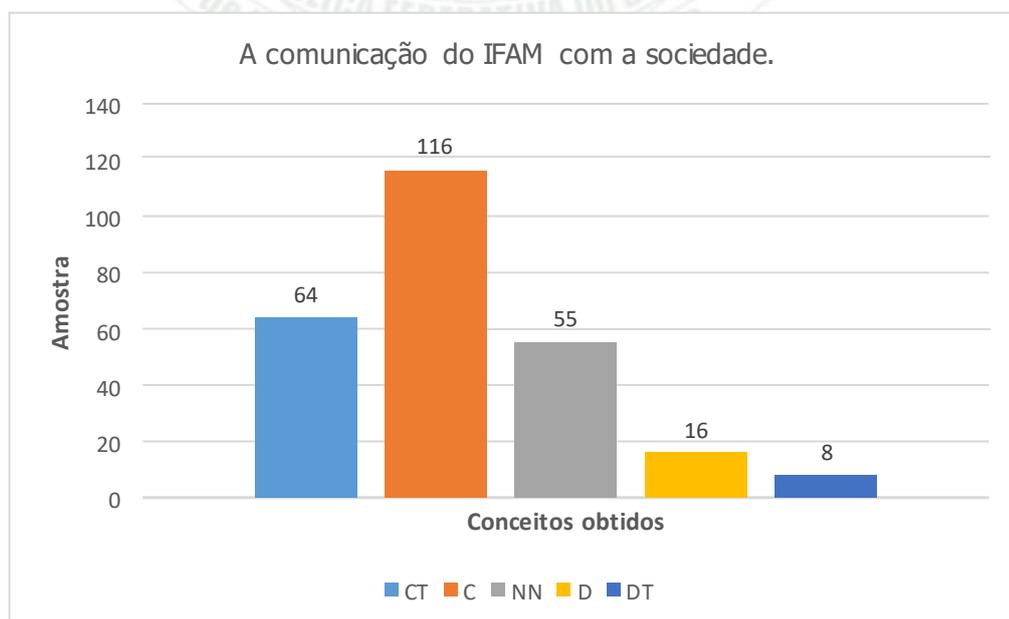
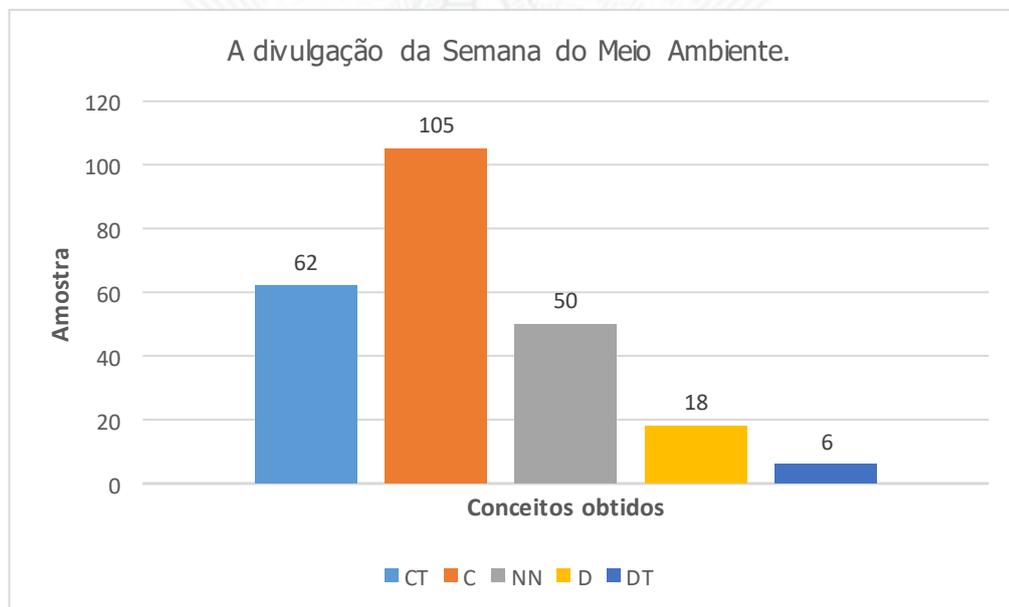
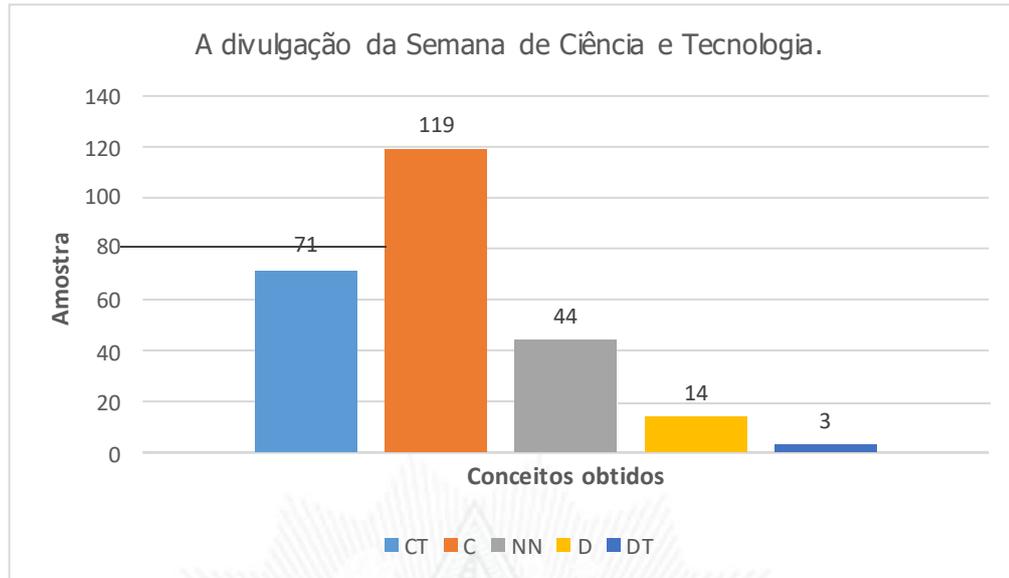
Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante

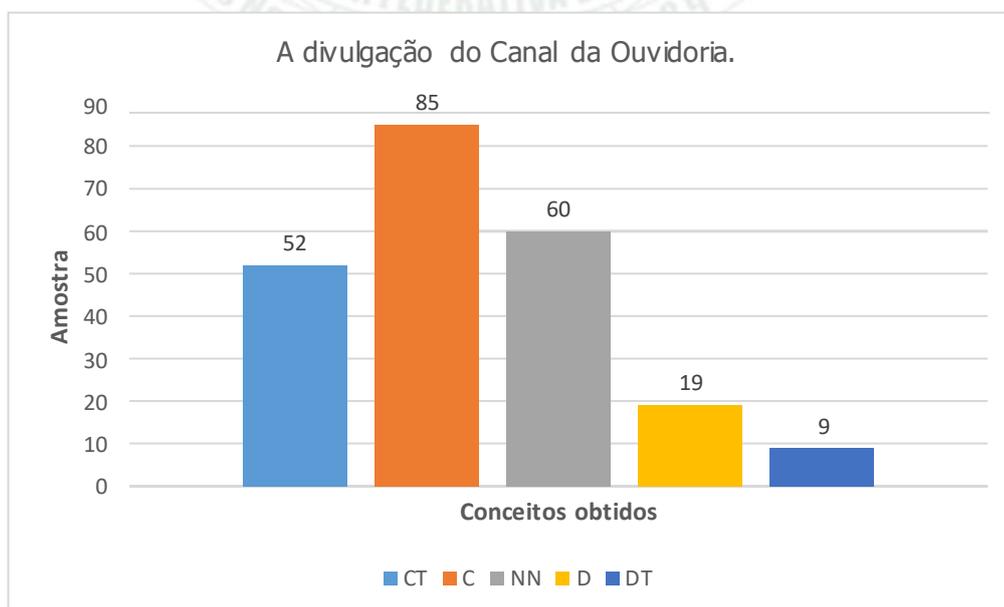
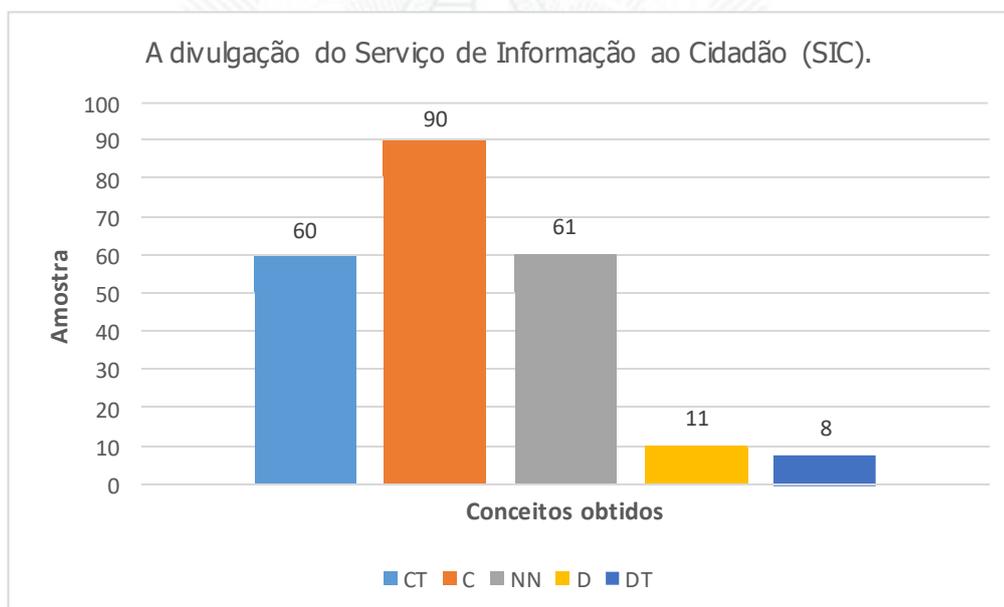
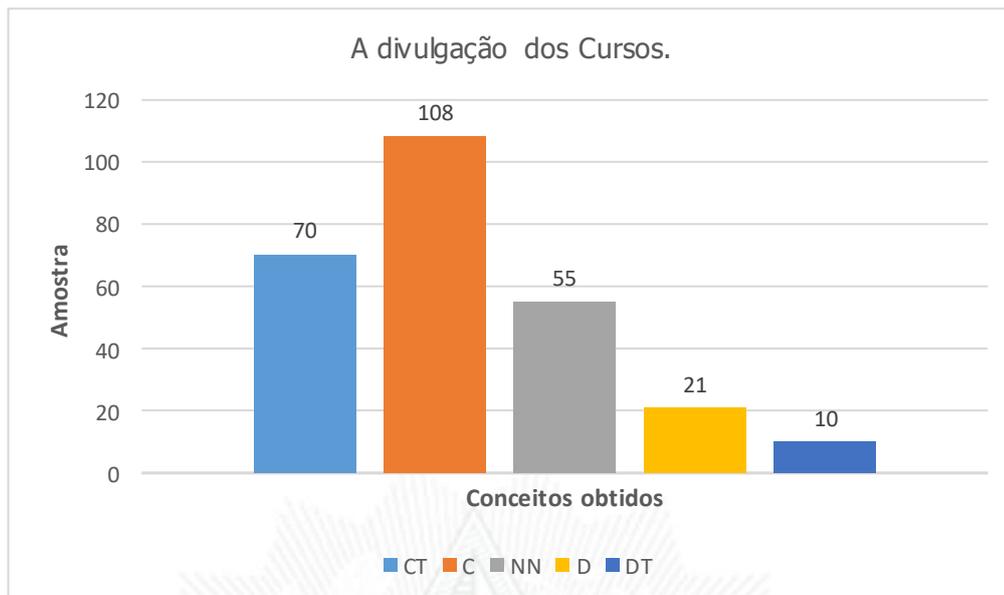


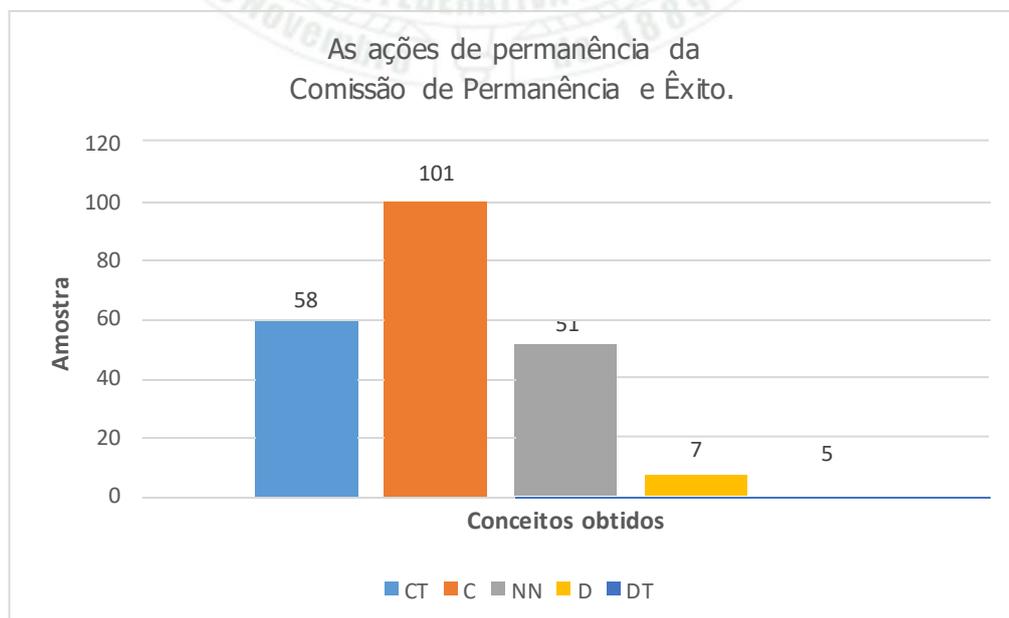
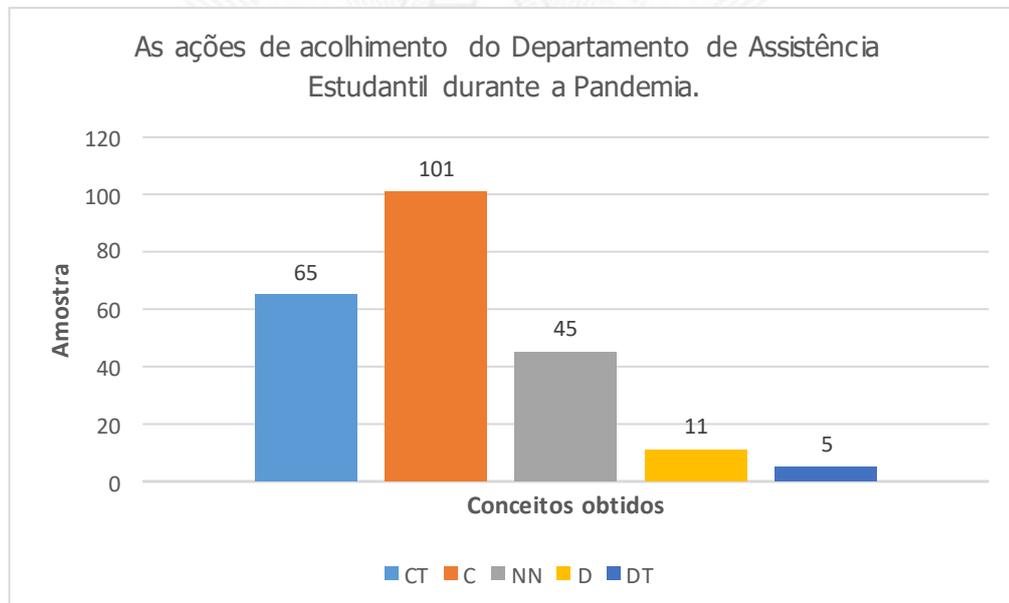
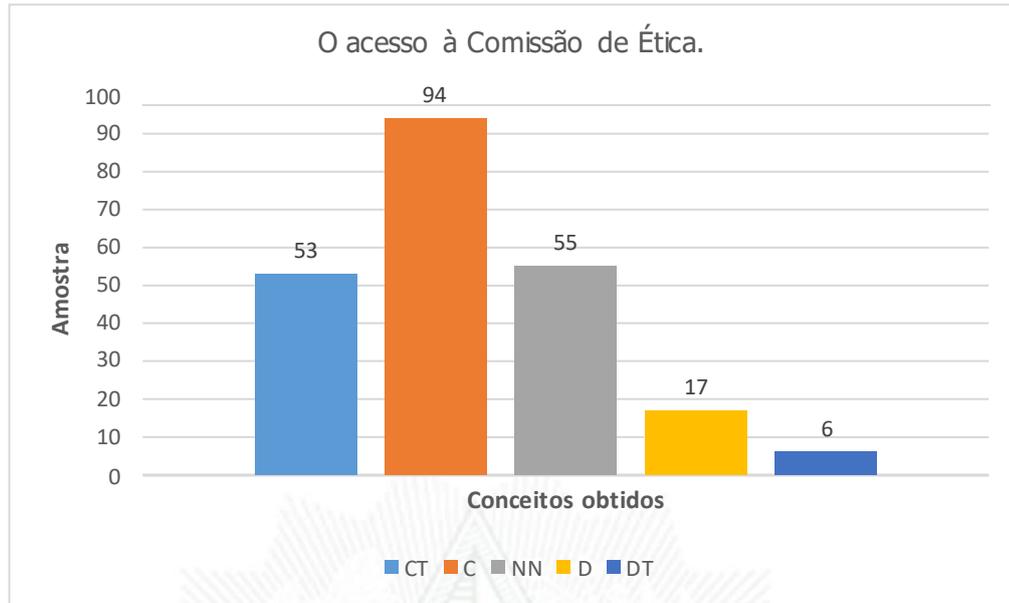


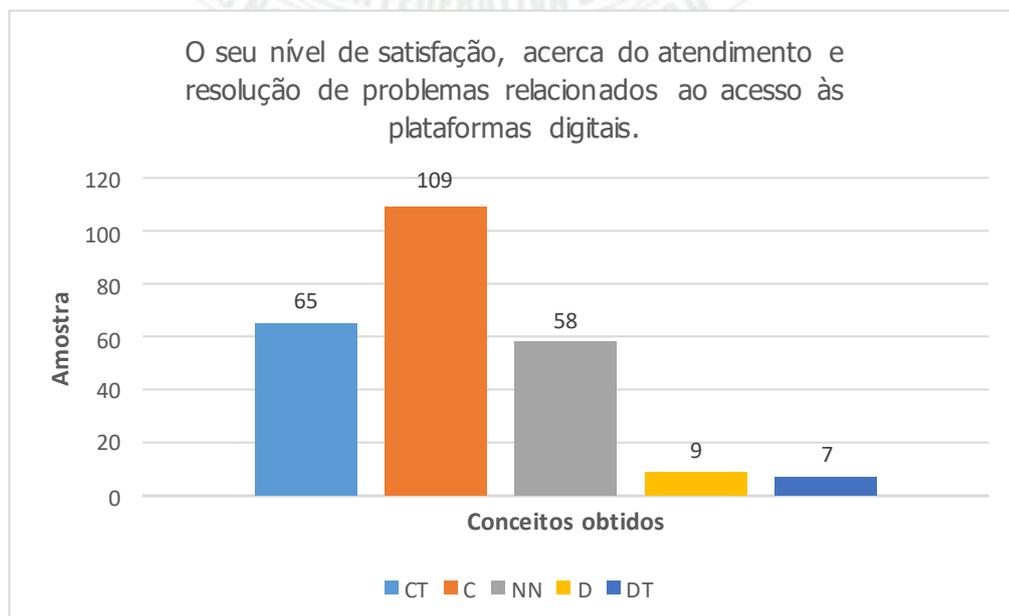
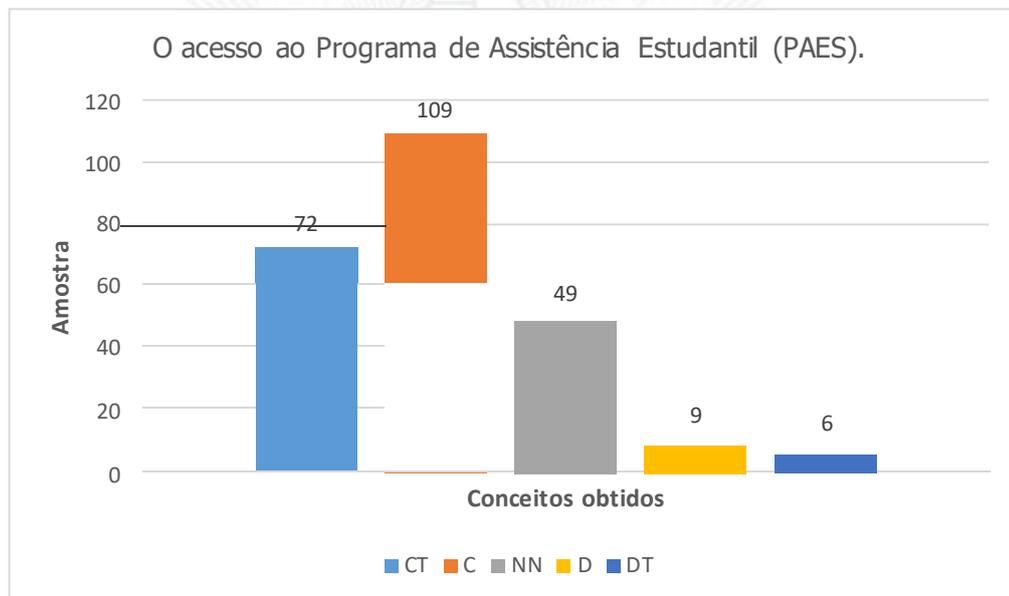
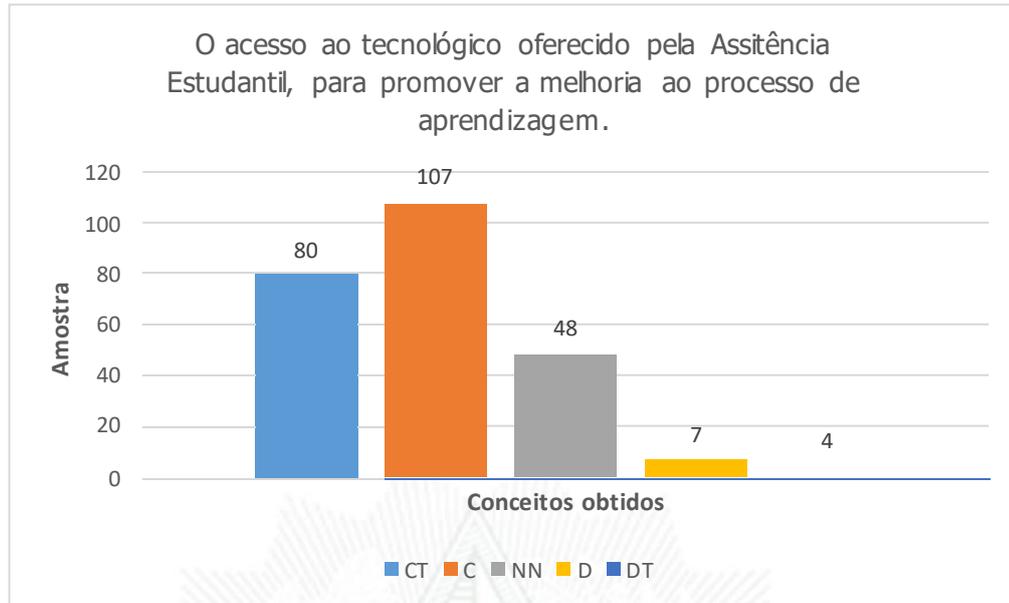










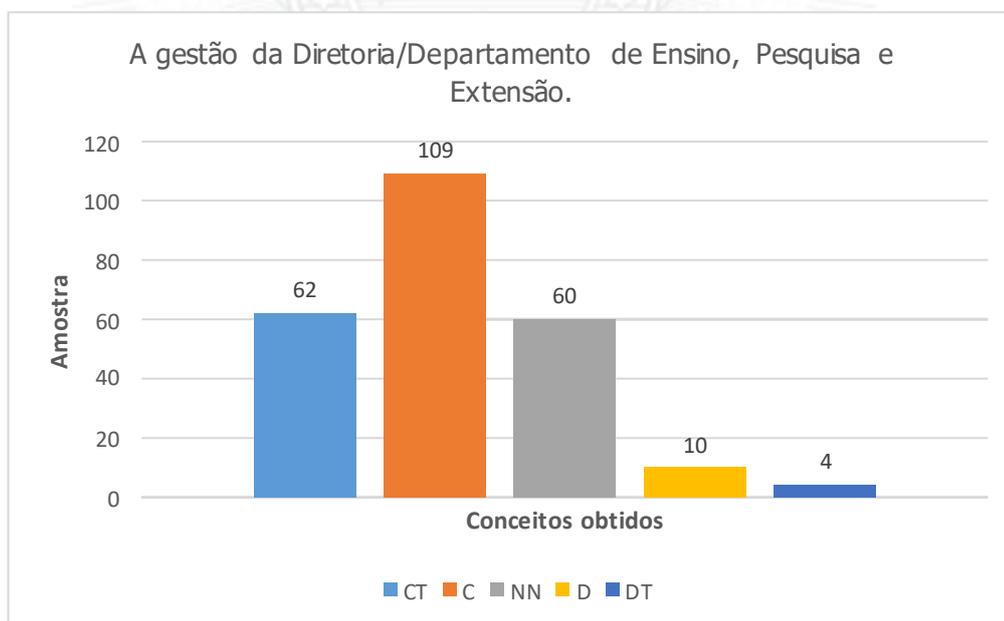
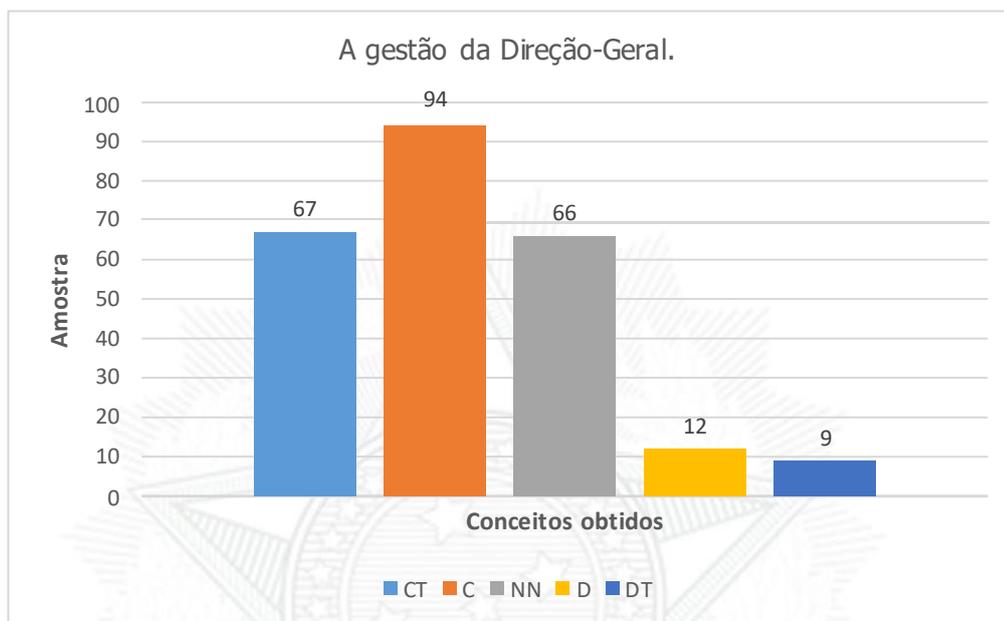


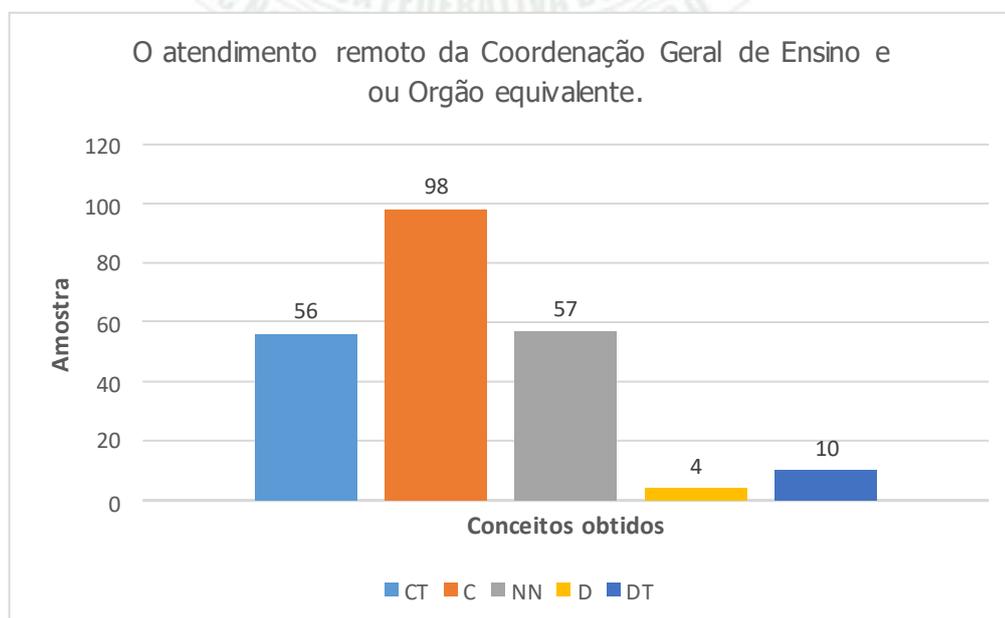
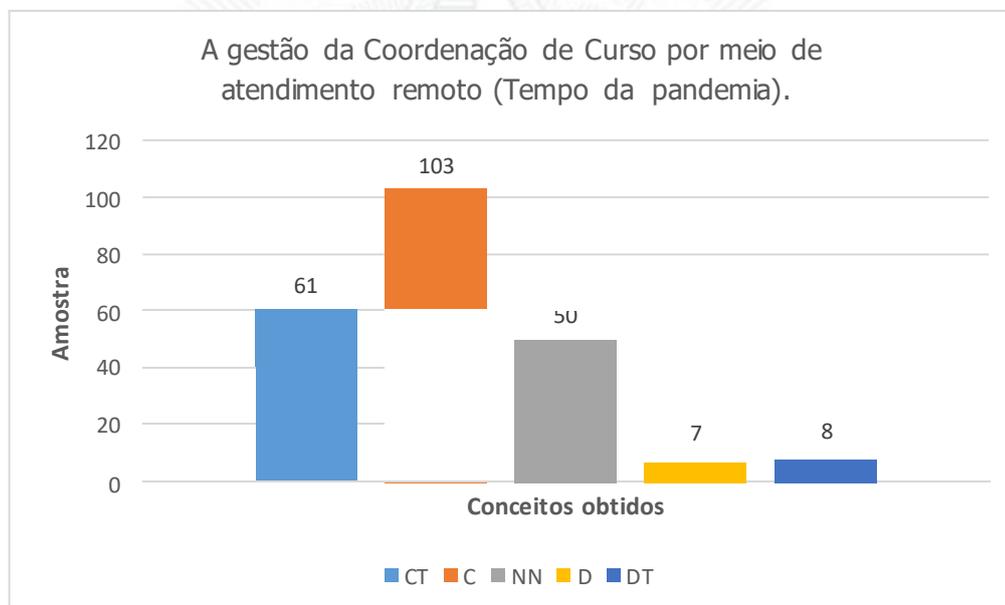
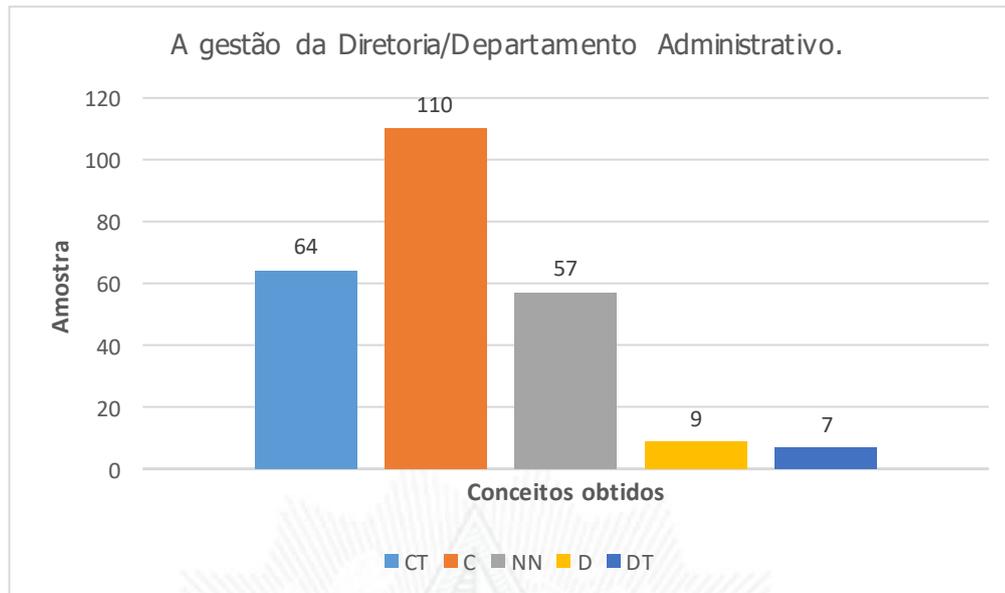
EIXO 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

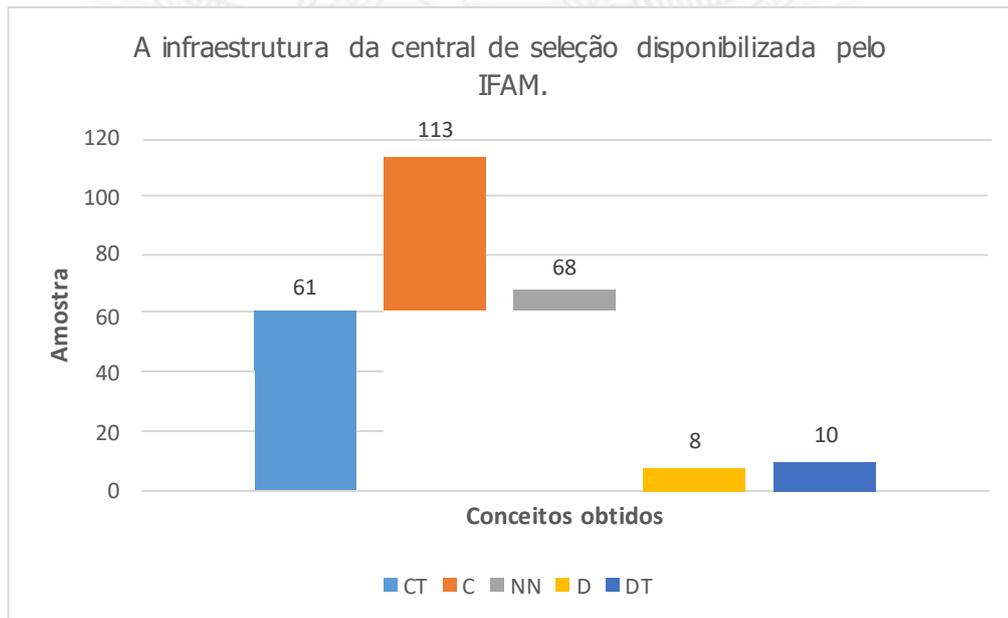
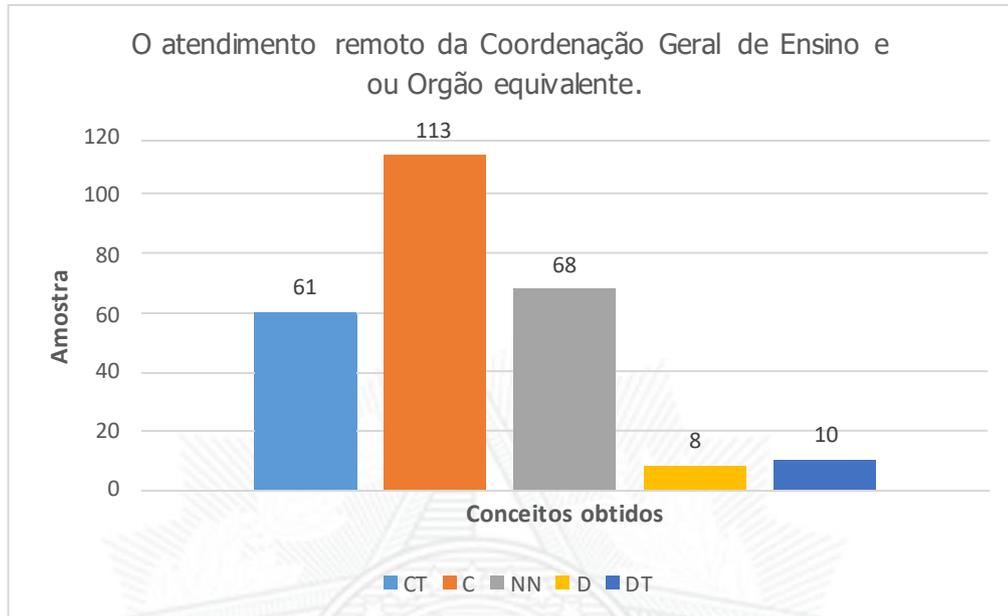
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

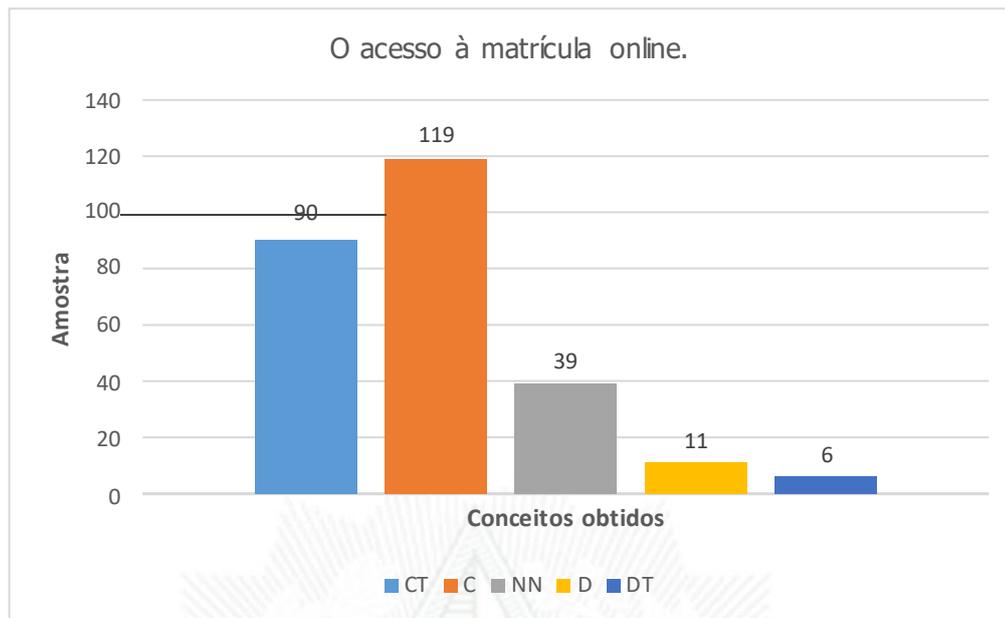




EIXO 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física





Análise da Autoavaliação dos Discentes

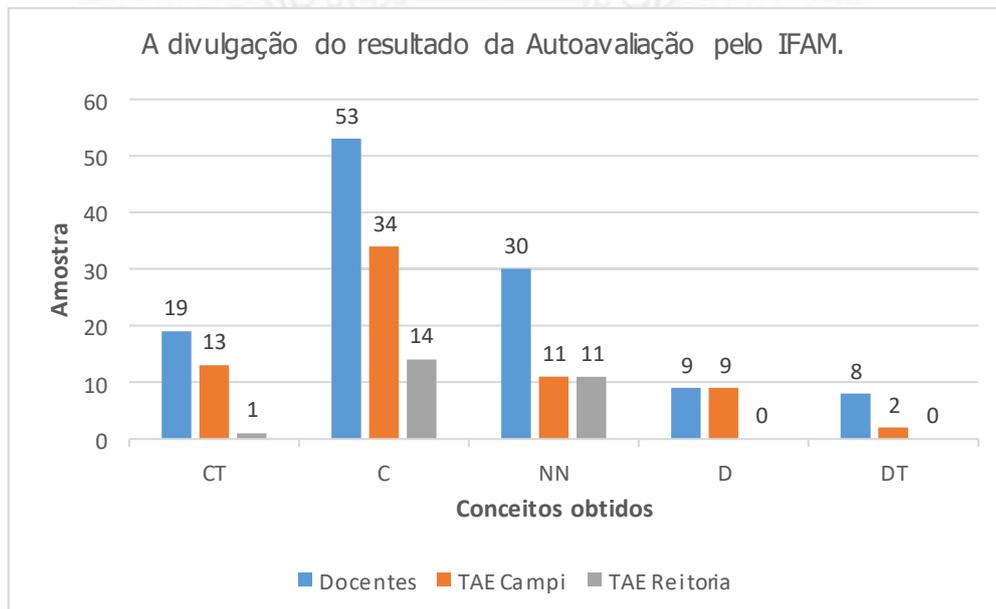
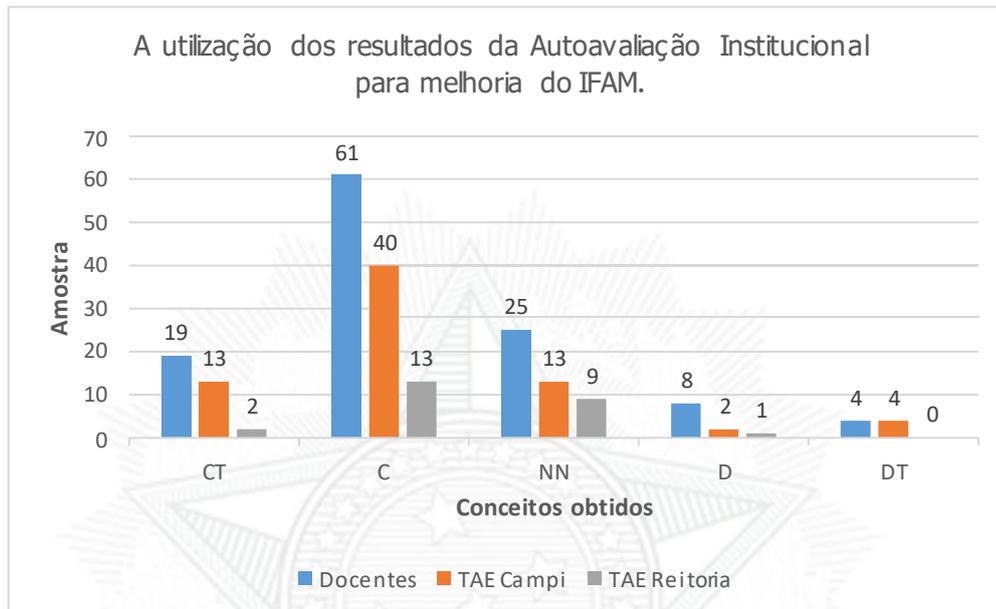
Baseado no cálculo da Escala de Likert, foi encontrado que a média conceitual do instituto – estipulada pela pesquisa com os discentes – alcançou o resultado 'Bom'. Esta nota foi composta pelo conceito 'Bom' em todos os 5 eixos da pesquisa.

Eixos	Nota	Conceito
EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	2,81	Bom
EIXO 2 - Desenvolvimento Institucional	2,91	Bom
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas	2,87	Bom
EIXO 4 - Políticas De Gestão	2,85	Bom
EIXO 5 - Infraestrutura	2,98	Bom
Média Geral dos Eixos	2,89	
Mediana	2,97	
Desvio Padrão	0,06	
PARÂMETRO ESCALA LIKERT PARA O CONCEITO DOS EIXOS		Bom

Segmento: Docentes e Técnicos Administrativos

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional

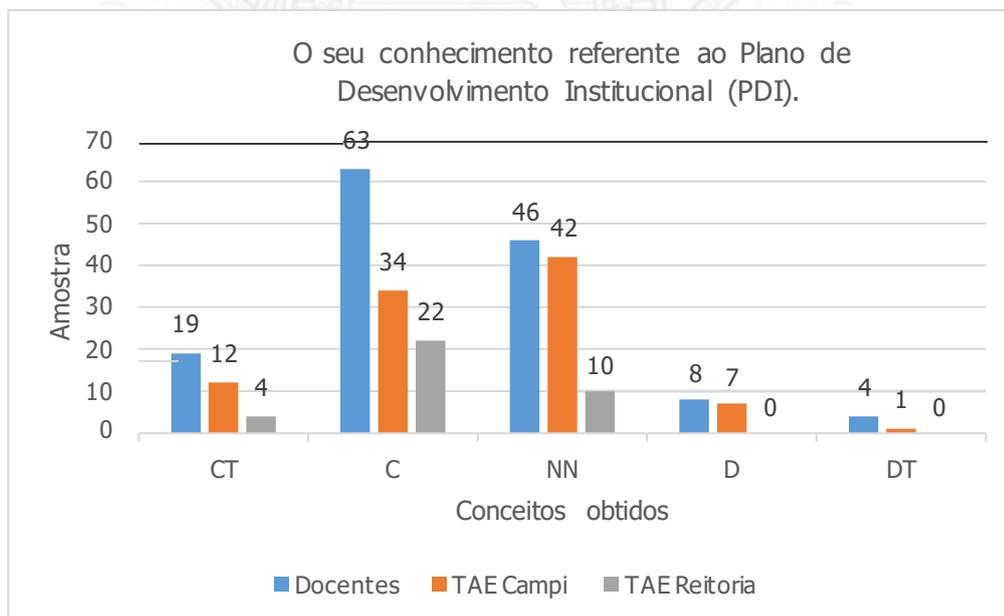
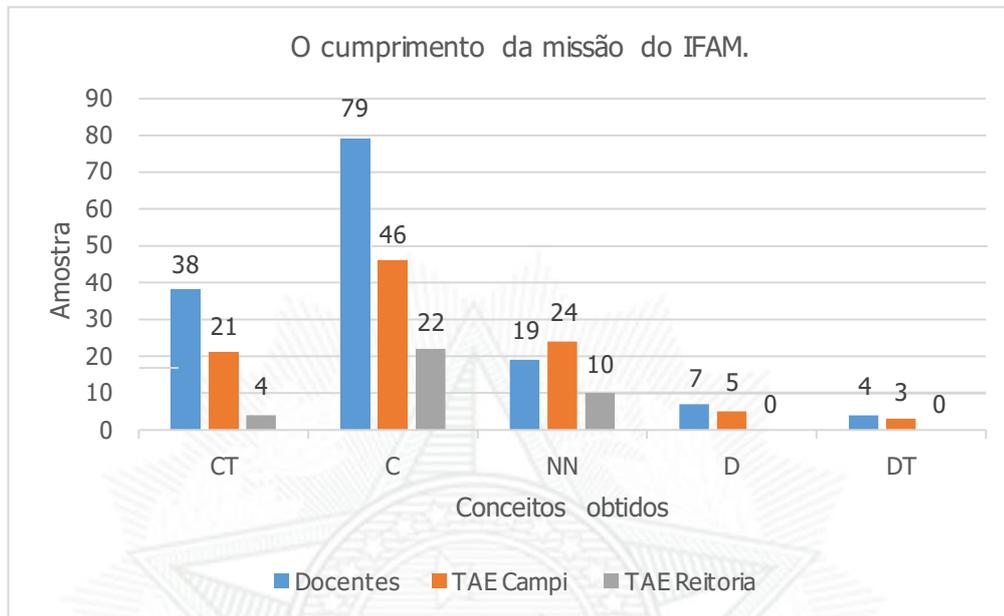
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

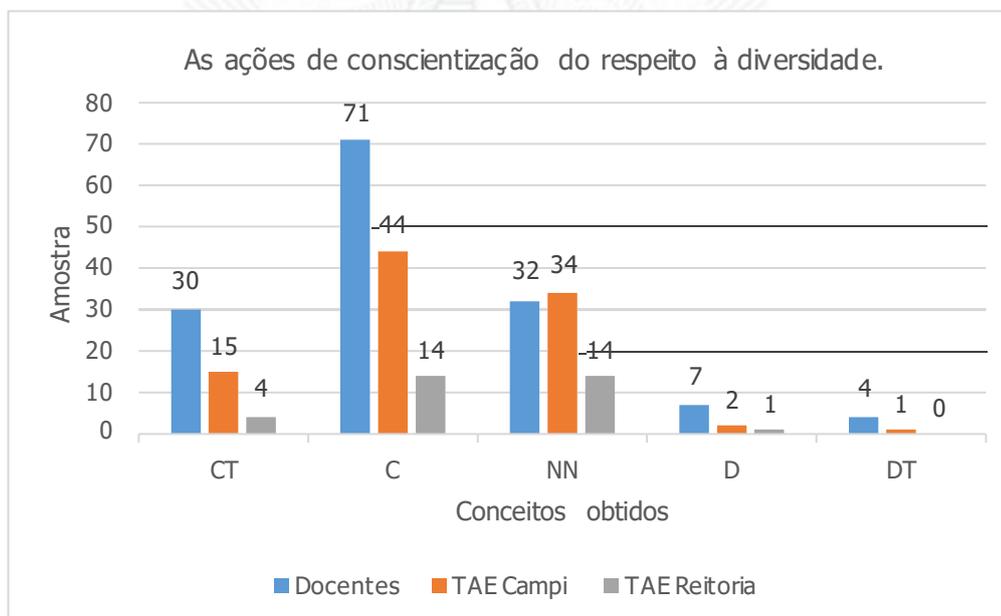
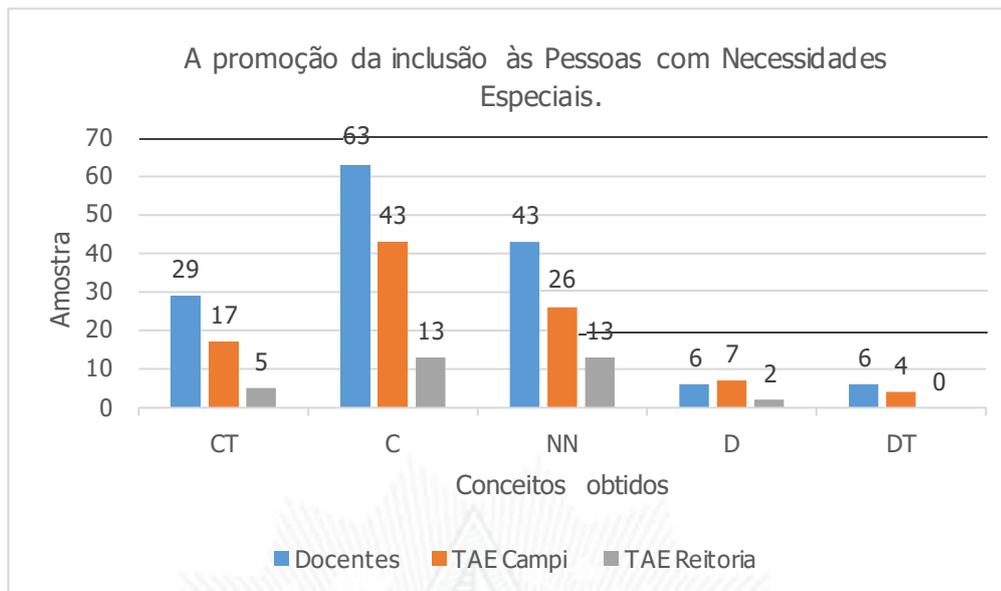


EIXO 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Dimensão 3: Responsabilidade Social



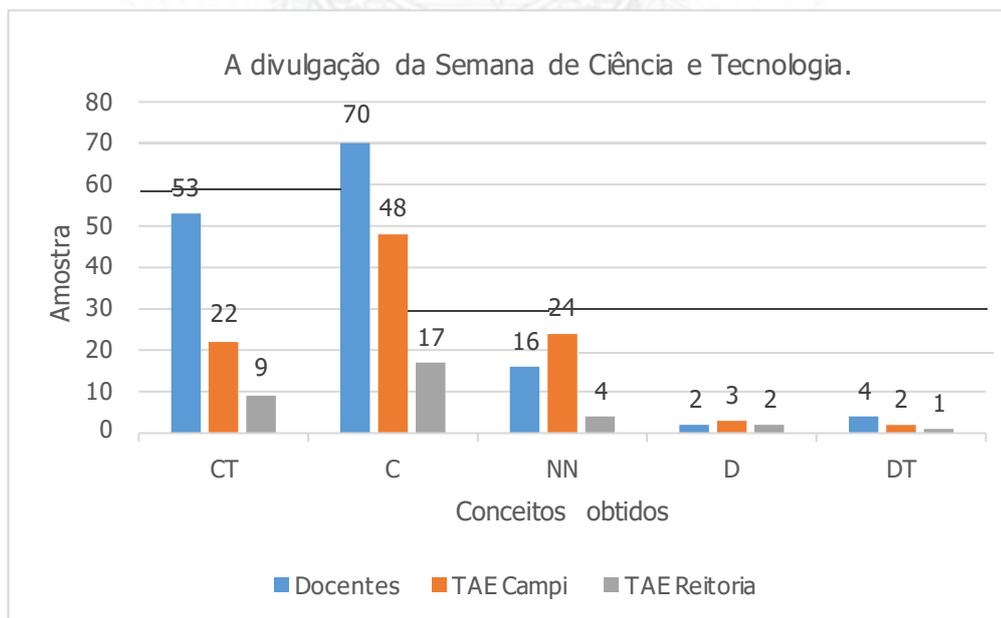
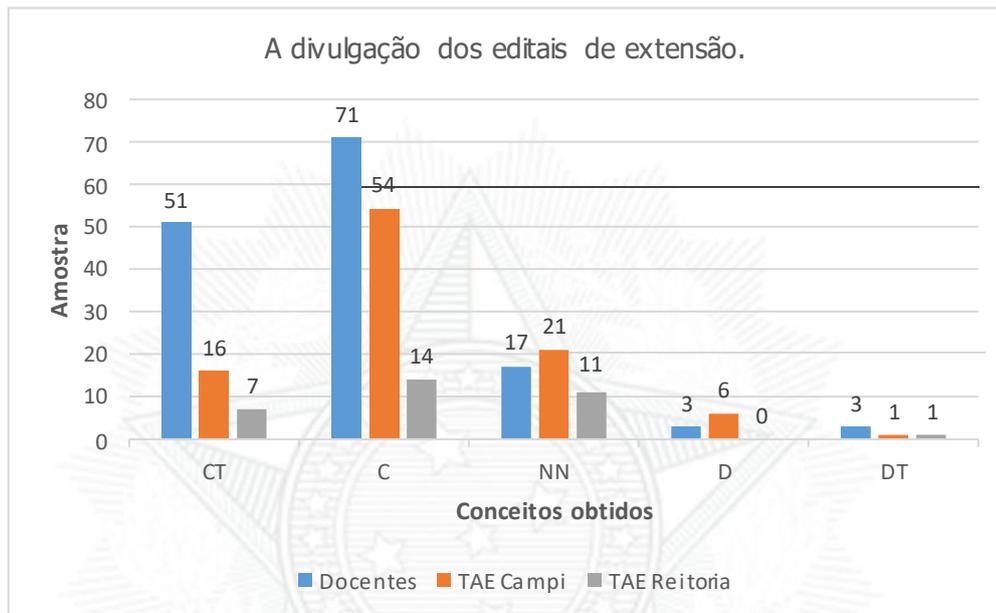


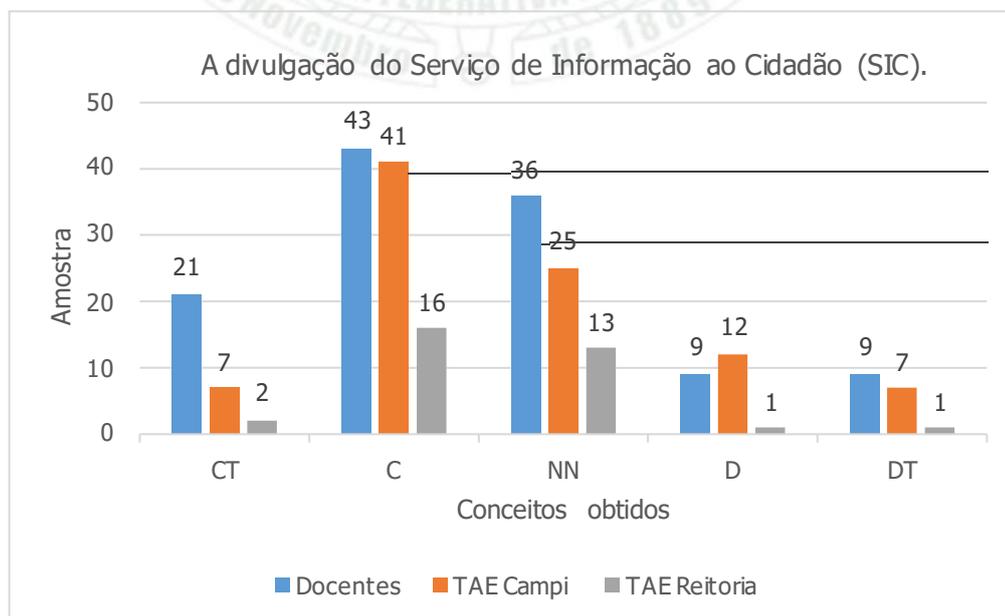
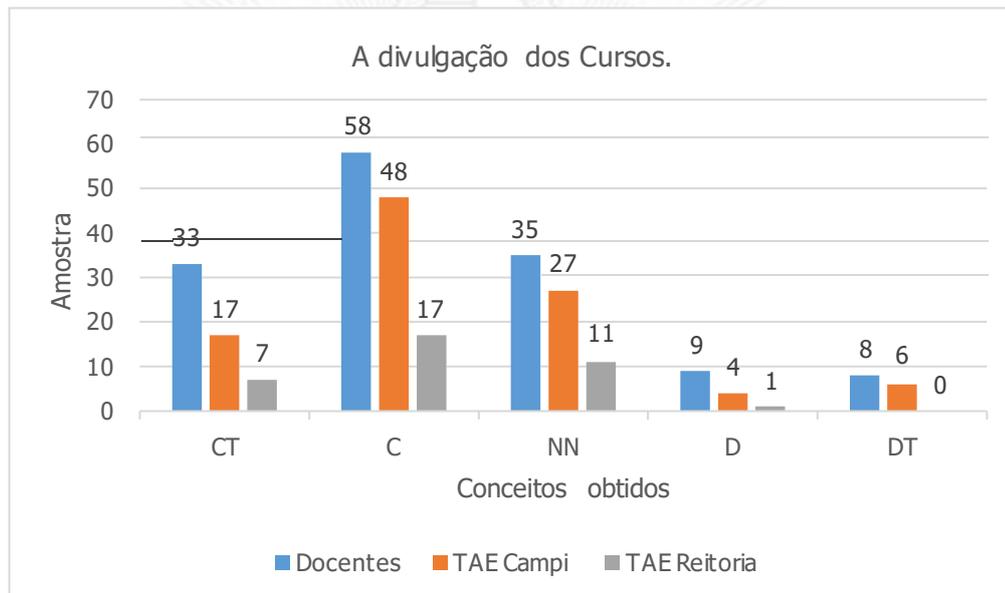
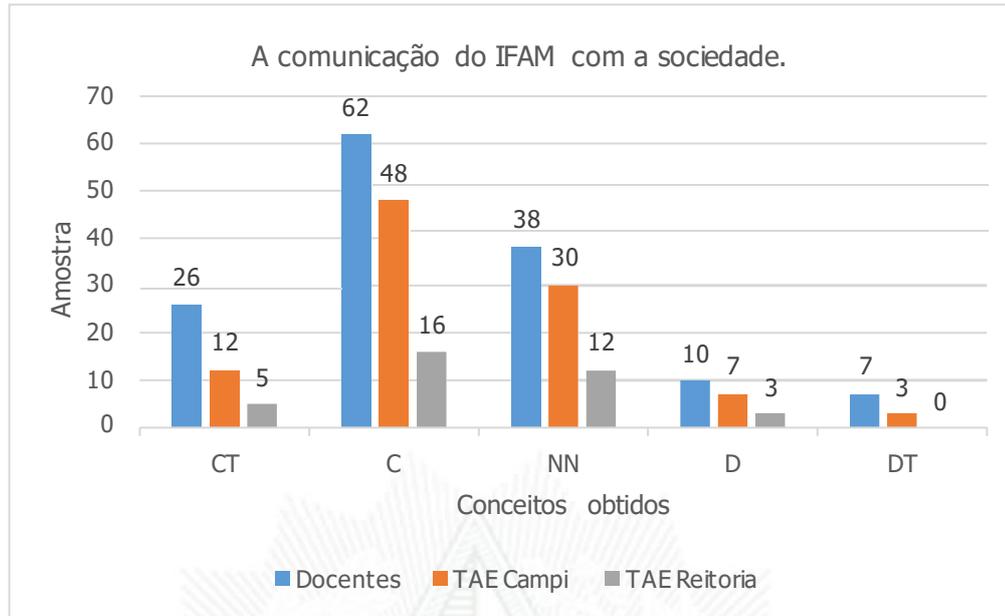
EIXO 3: Políticas Acadêmicas

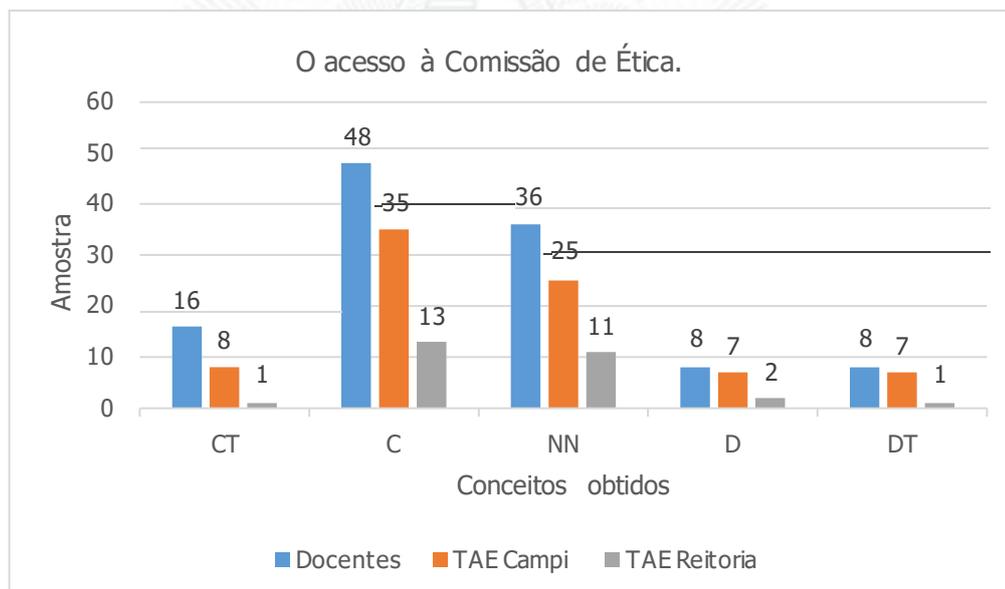
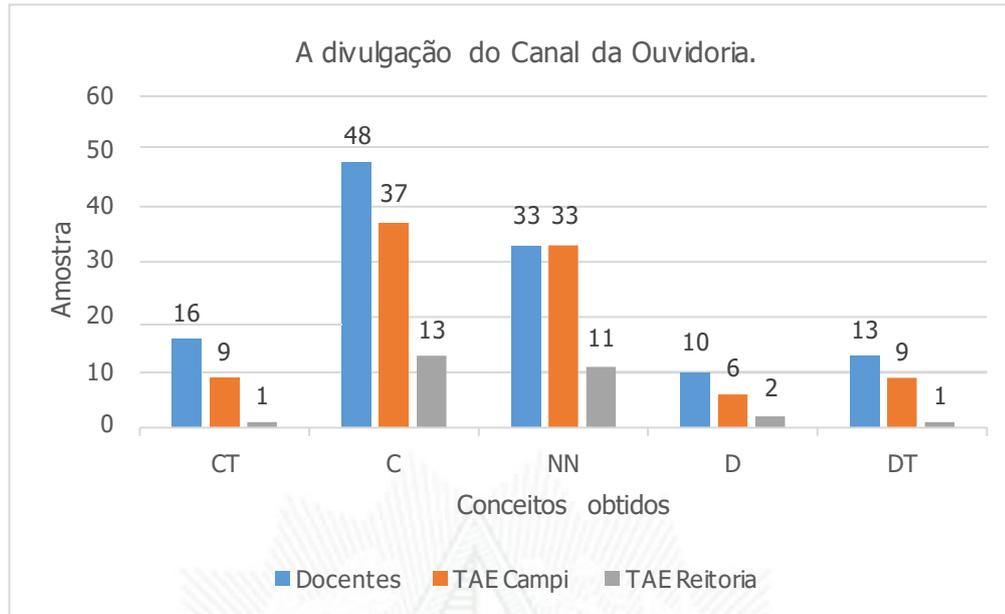
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Políticas de Atendimento ao Estudante





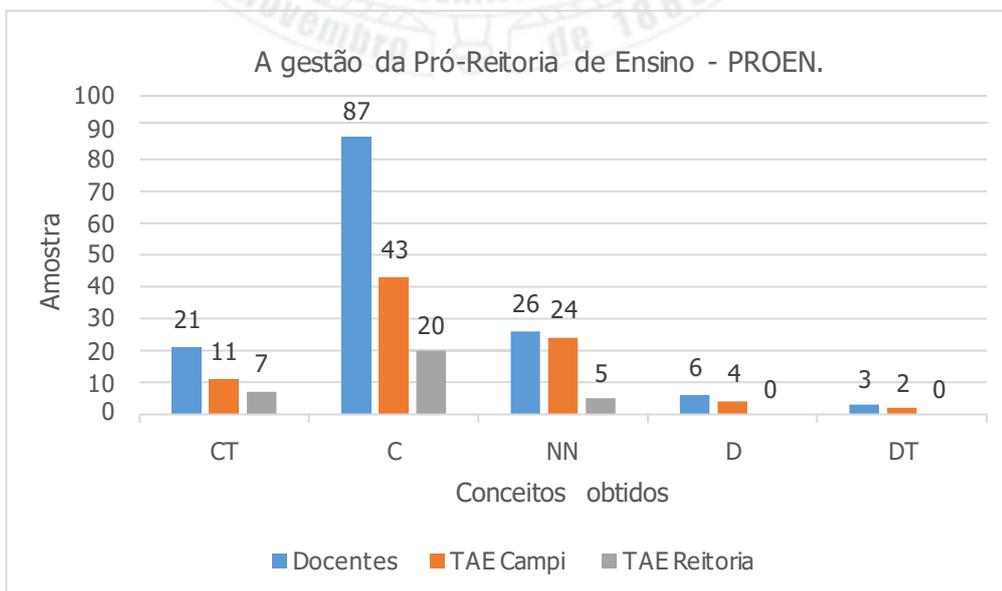
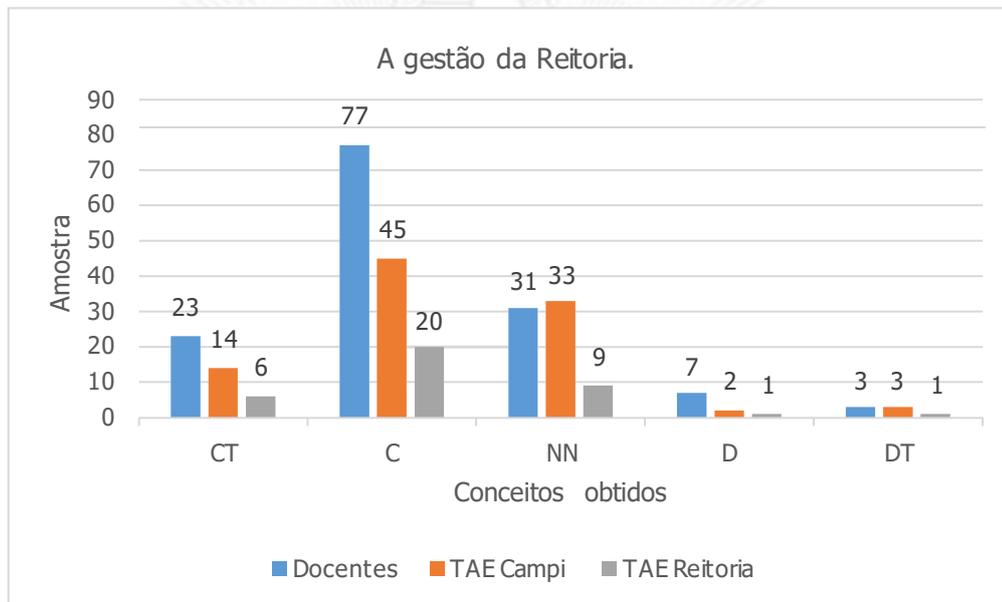
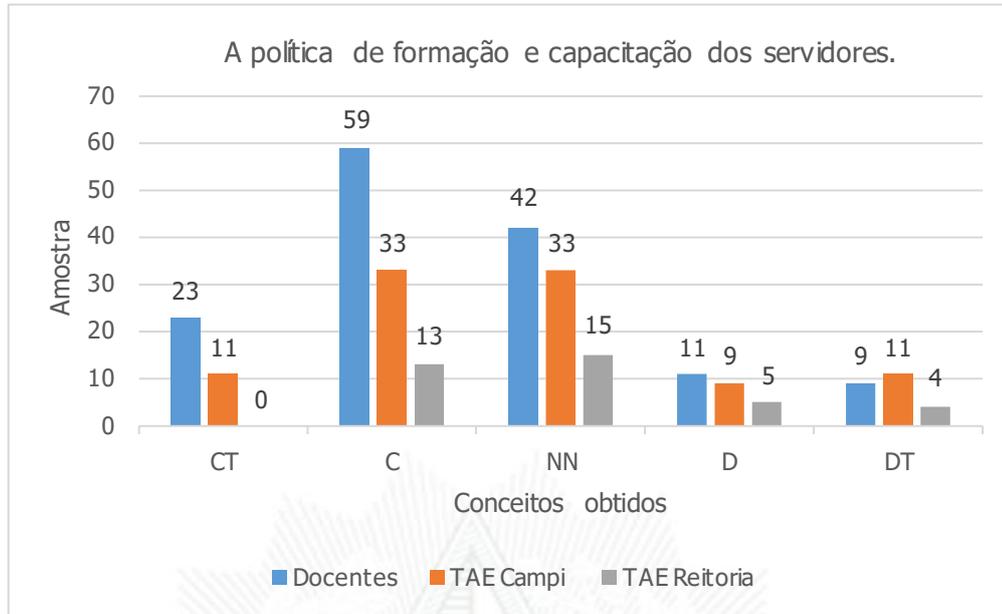


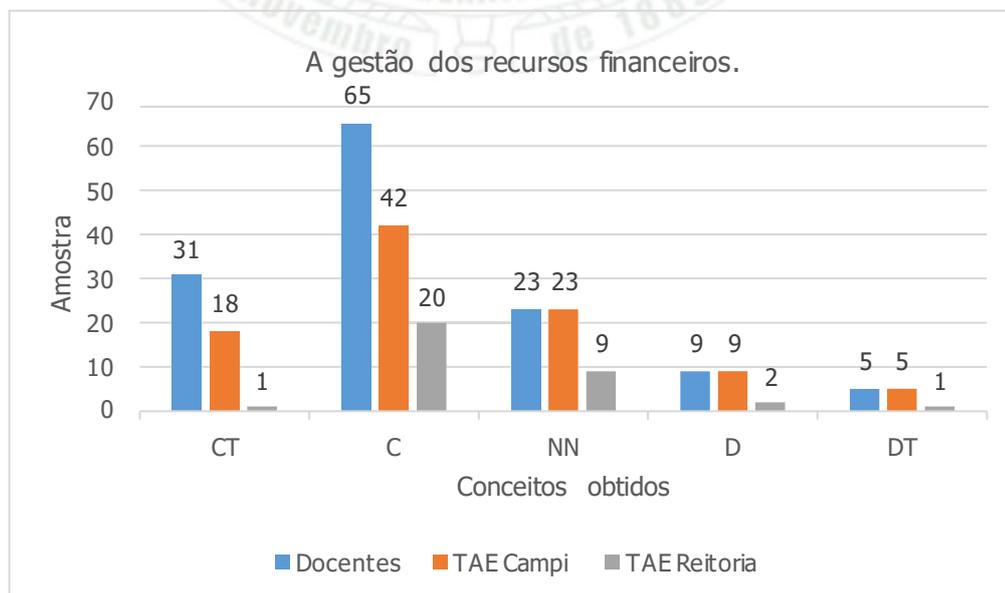
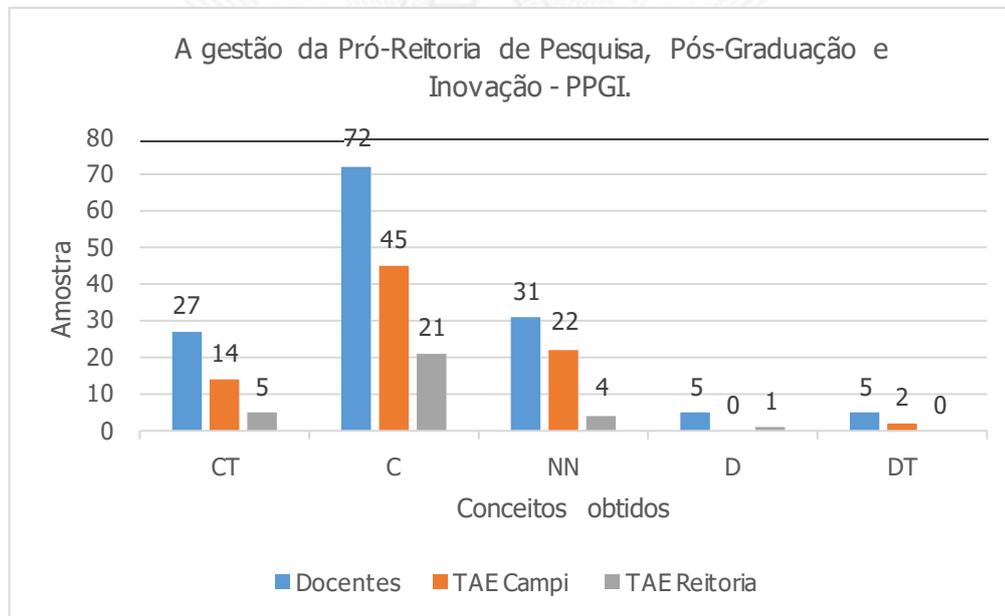
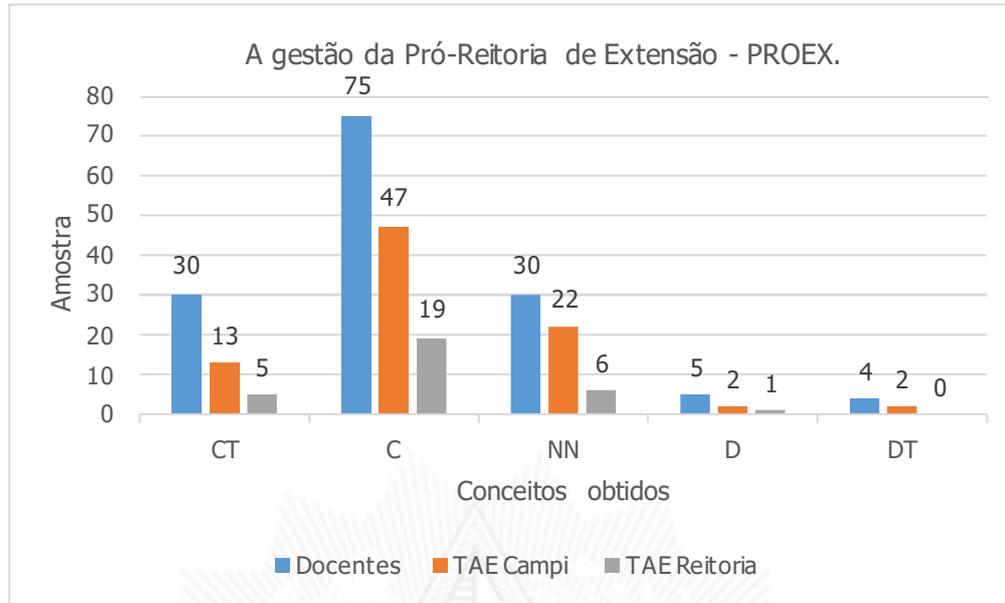
EIXO 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

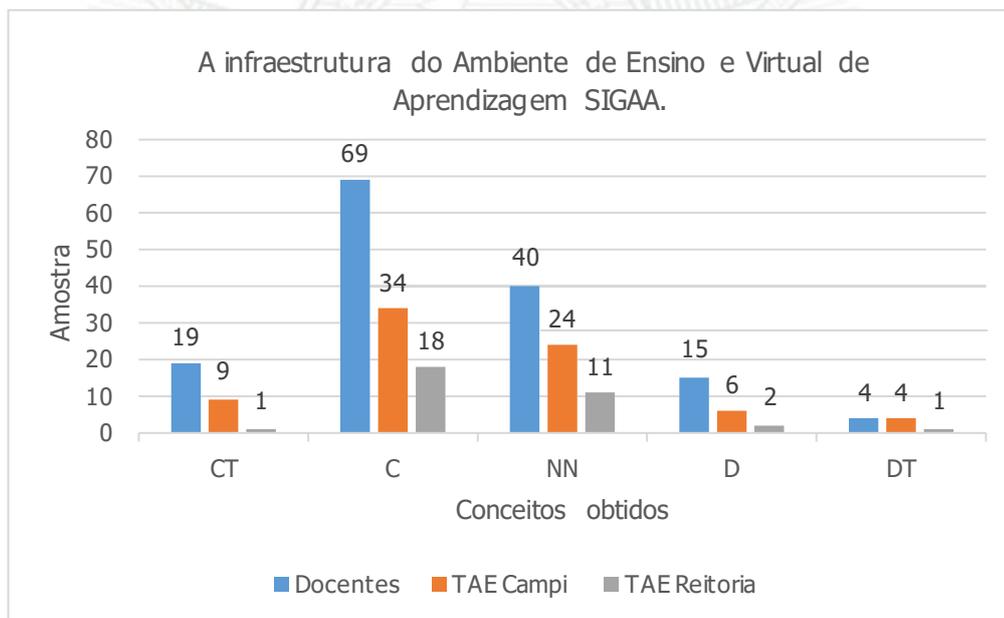
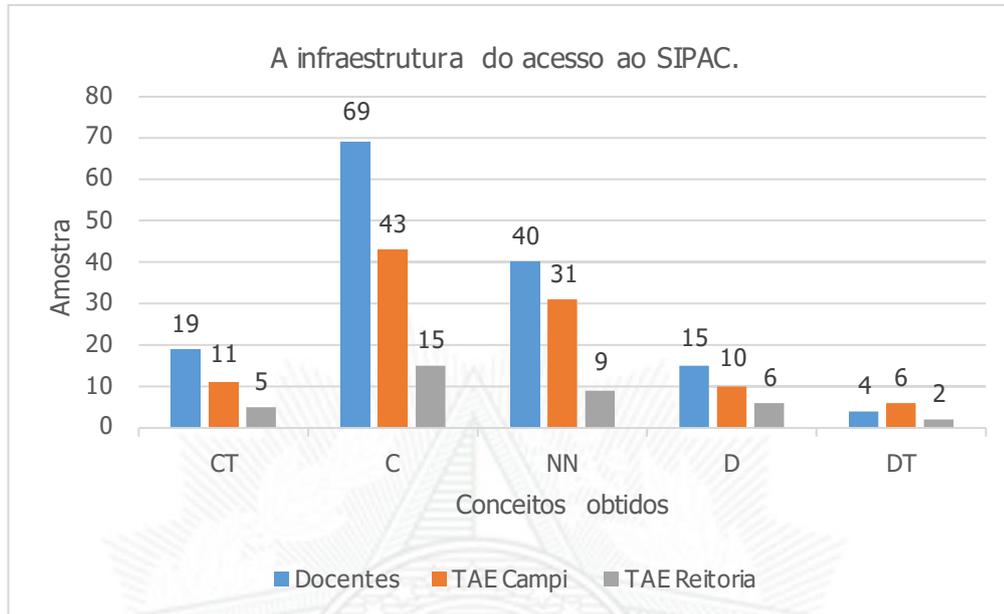
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

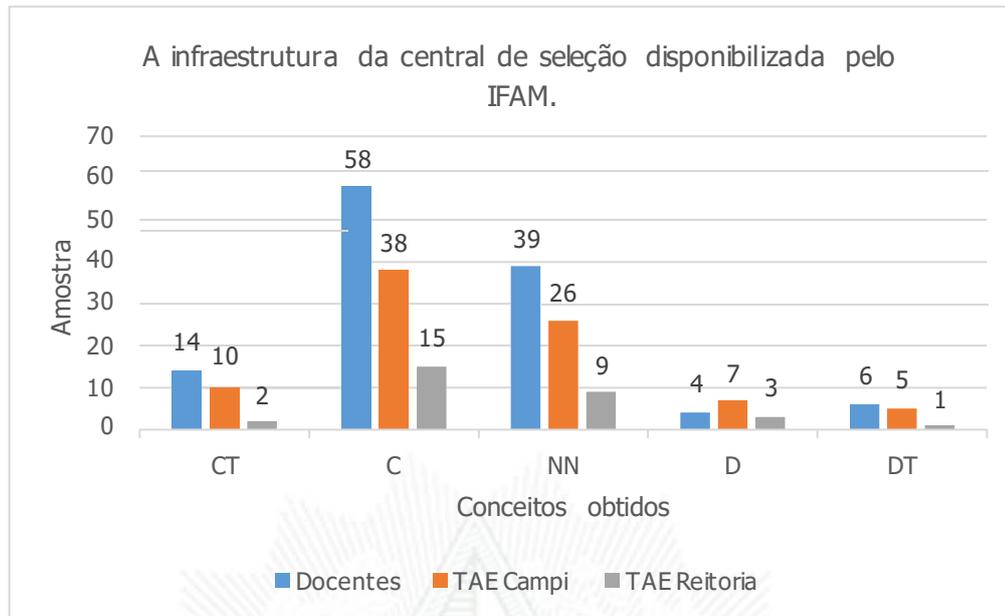




EIXO 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física





Análise da Autoavaliação dos Docentes e Técnicos Administrativos

Baseado no cálculo da Escala de Likert, foi encontrado que a média conceitual do instituto – estipulada pela pesquisa com os servidores – alcançou o resultado 'Bom'. Esta nota foi composta pelo conceito 'Bom' em todos os 5 eixos da pesquisa.

Eixos	Nota	Conceito
EIXO 1 - Planejamento e Avaliação Institucional	2,66	Bom
EIXO 2 - Desenvolvimento Institucional	2,73	Bom
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas	2,64	Bom
EIXO 4 - Políticas De Gestão	2,84	Bom
EIXO 5 - Infraestrutura	2,52	Bom
Média Geral dos Eixos	2,68	
Mediana	2,66	
Desvio Padrão	0,12	
PARÂMETRO ESCALA LIKERT PARA O CONCEITO DOS EIXOS		Bom

Considerações Finais

Análise das Informações

Foi possível observar no processo de autoavaliação o resultado positivo conceituado como 'Bom', sendo possível atingir somente mais um conceito acima – o conceito 'Ótimo'.

A boa avaliação institucional caracterizada nos 5 Eixos avaliativos e em suas respectivas 11 dimensões dá crédito a instituição em grande parte da execução e acompanhamento da gestão do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) que segue acompanhando o mercado, a comunidade e as tendências no ensino para o desenvolvimento do IFAM.

Com esta avaliação, foi possível identificar diversas potencialidades do instituto, como:

- As ações de conscientização do respeito à diversidade têm boa percepção pela comunidade;
- A ampla possibilidade de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, através de suas Pró-Reitorias;
- A editais ofertados durante a pandemia: Auxílio Emergencial e Acesso Digital para os discentes;
- As ações de acolhimento do Departamento de Assistência Estudantil durante a Pandemia.

Também, foi possível identificar fragilidades apontadas pela comunidade, como:

- Número de docentes e técnicos administrativos não atende a grande comunidade, inviabilizando o atendimento igualitário;
- A falta de convênios e parcerias com outras instituições/empresas para desenvolvimento de ações;
- Os docentes sinalizaram salas com números de discentes elevados.

Baseado neste relatório, será desenvolvido o Plano de Ações para tratamento das fragilidades e ações de exploração das potencialidades identificadas para um melhor direcionamento das gestões das unidades.

Sabe-se que na região amazônica, muitas dificuldades se impõem devido sua ampla região – de proporções continentais – e geografia acidentada cortada em grande parte por rios, igarapés e lagos, que dificultam a implantação de uma boa infraestrutura para municípios do interior e dificultam a disponibilidade de serviços para contratação. Desse modo, a Comissão Própria de Avaliação identifica uma participação diminuta do público de unidades do interior do estado, principalmente de discentes. Com isto, já se estuda

maneiras de aplicação de pesquisas aos públicos que possam ter dificuldade de acesso aos meios digitais devido a indisponibilidade de uso das estruturas das unidades do IFAM.

Ações Futuras

O processo de autoavaliação identifica fatos e expectativas, sua principal finalidade é contribuir com o desenvolvimento da instituição, fomentando a qualidades de suas ações e oportunizando uma reflexão de suas práticas.

É necessário salientar que houve uma renovação da comissão, conforme a Portaria Nº 344-GR/IFAM, tendo o propósito de fortalecer as ações da CPA, a instituição está incentivando seus membros em participarem de cursos e diálogos com as CPAs de outras instituições promovendo constantes capacitações e atualizações.

Os membros das CPAs Locais precisam de encontros presenciais ou remotos para que entendam o trabalho dessa comissão em seu campus e assim desenvolverem suas funções.

Com relação ao fechamento do ciclo do triênio (2021-2023), será feito um calendário de reuniões para 2023, para tratar de assuntos da CPA. Mediante um cronograma de ações para nortear os trabalhos dessa comissão, com ações sensibilização e divulgação sobre a CPA, devido a instituição receber novos discentes e docentes, fazer uma análise minuciosa do próximo questionário, fazer uma sensibilização a comunidade acadêmica para responder o questionário de autoavaliação.

Com os diálogos formais e informais gerados pela CPA com os discentes, docentes e técnicos administrativos, vamos levar a alta gestão para ser incluídos na construção do novo PDI (2024-2026).

Portanto, a Comissão Própria de Avaliação disponibilizará o relatório do triênio e em contato com as gestões das unidades, efetuará o planejamento de ações para cumprimento de metas baseado nos anseios da comunidade para o ano de 2023, onde deverá ser realizada nova pesquisa para compreensão dos desdobramentos das ações da gestão.